



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 090

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Marcos Isfer
PSB	Doutor Luciano

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi (em licença) - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Nelson Tureck - Nelson Garcia (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
Ata DA 089ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
03 DE NOVEMBRO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Delegado Bradock e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Pastor Edson Praczyk, Ademair Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Fernando Ribas Carli, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (50). Achando-se ausentes os senhores deputados Nereu Moura, Reni Pereira, Luiz Nishimori e Vanderlei Iensen (04), conforme artigo 61 do Regimento Interno.

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 119/2003

Excelentíssimo senhor governador do Estado do Paraná Roberto Requião de Mello e Silva.

A deputada estadual Luciana Rafagnin dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar a construção do que segue:

1. construção de um ramal ferroviário fazendo a ligação férrea entre a região Centro e a região Sudoeste do Estado do Paraná, iniciando no município de Guaruapuava (Ferroeste) finalizando na região Sudoeste.

2. A construção de uma estação de carregamento e descarregamento de produção agrícola e produtos industrializados respectivamente em pontos estratégicos de municípios da região Sudoeste.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A presente indicação tem como objetivo sugerir ao Governo do Estado a construção de um ramal ferroviário na Ferroeste, que será iniciado próximo ao município de Guarapuava e fará ligação com a região Sudoeste do Estado.

Trata-se de uma reivindicação da população sudoestina e das entidades AMSOP - Associação dos Municípios do Sudoeste, Acamsop, 13 e 14 -Associações dos vereadores e vereadoras do Sudoeste e demais entidades e organizações representativas, além de muitas lideranças regionais que participaram da discussão e da elaboração do PPA 2004/2007 do Sudoeste do Paraná realizado no município de Francisco Beltrão no mês de junho deste ano.

Um braço da ferrovia, na verdade, é uma grande necessidade da nossa região e claro um instrumento propulsor do tão esperado desenvolvimento regional. A região sonha com as melhorias dos transportes, por entender que a ligação com outras regiões através desta espécie de infra-estrutura, proporcionará uma melhor integração com regiões mais desenvolvidas e, portanto, detentoras de tecnologias capazes de contribuir para o desenvolvimento organizado na nossa região.

Nossa população, com aproximadamente 600 mil habitantes, paga muito caro pelas mercadorias e serviços vindos das demais regiões do Estado, e todos sabemos que a instalação de uma ferrovia reduziria significativamente os custos dessas mercadorias e produtos industrializados, bem como aumentaria a receita dos produtos por ela transportados.

O frete, necessário para o escoamento das safras, acaba tomando do agricultor uma parcela considerável daquele que seria seu lucro, pois, além de a região estar distante cerca de 700 quilômetros do Porto de Paranaguá, as rodovias da região que fazem a ligação às demais regiões do Estado, estão em péssimas condições de conservação, além de nenhuma delas ser duplicada e, a cada nova safra, as já existentes pioram.

Para melhor compreensão, a Ferroeste está a cerca de 100 quilômetros de distância do local onde se pretende construir a estação Sudoeste e o custo total da referida obra gira em torno de 200 milhões de reais, segundo cál-

culos elaborados por pessoas com algum tipo de conhecimento específico.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2507

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 655/2003, que proíbe o Poder Executivo a iniciar, renovar ou manter, em regime de exclusividade, com qualquer instituição bancária privada, sem a realização de respectivo processo licitatório.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento:

Waldir Leite, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Doutor Luciano, Delegado Bradock.

REQUERIMENTO Nº 2511

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º, do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2510

Senhor Presidente:

Pelo presente, venho requerer a V. Exa. espaço para uso da tribuna deste Plenário, no Grande Expediente, na Sessão Plenária de quarta-feira, dia 05 de novembro, para a Sra. Lucélia Secco, diretora da Faculdade Dom Bosco, para falar sobre o seminário nacional “Desafio da Escola: Violência e Drogas”, no Teatro Fernanda Montenegro, no Shopping Novo Batel, a realizar-se no próximo dia 10 de novembro, numa parceria entre o Grupo Educacional Dom Bosco e a Unesco.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2499

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Manoel de Jesus Delgado Plaza, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2501

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhora Lucia Gunz.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos.

Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2502

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do senhor Gumercindo Boza, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2504

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da senhora Regina Zarpelon Grigoletto, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida pelos seus conhecidos, amigos e familiares, deixando muitas saudades em todos. Recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2498

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplausos ao casal Ademir Sinhore e Silvia Sinhore, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho.

Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente essa aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2505

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do município de Campina da Lagoa, através de seu prefeito, Sr. Paulo Marcelino Andreoli Gonçalves, pela passagem de aniversário de emancipação política do município, que será comemorado no dia 04 de novembro próximo.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhado à Prefeitura Municipal, Praça João XXIII, 996 - CEP 87345-000, Campina da Lagoa-PR.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2506

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão, de um voto de congratulações à população do município de Ubatã, através de seu prefeito, Sr. Arnaldo Ferreira Sucupira, pela passagem do aniversário

de emancipação política do município, que será comemorado no dia 04 de novembro próximo.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada à Prefeitura Municipal, Avenida Nilza de Oliveira Pepino, 1852, CEP: 85400-000 - Ubatã-PR.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2494

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao deputado Fernando Vidal Pereira de Oliveira, em virtude de sua assunção ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Favor enviar correspondência para o seguinte endereço: Praça Nossa Senhora da Salette, Palácio da Justiça, 3º andar, CEP: 80530-912 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2493

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Renato Guimarães Adur, pelo excelente trabalho desenvolvido frente à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2495

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER votos de louvor ao Sr. Luiz Dernizo Caron, pelo excelente trabalho desenvolvido frente à Secretaria de Estado de Obras Públicas.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2497

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor, aplauso e congratulação ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião e ao diretor - presidente da Copel, Paulo Pimentel, pelos esforços empreendidos a favor da continuidade de operação da usina termelétrica no município de Figueira. Este posicionamento vem tranquilizar toda a população figueirense, em especial os funcionários da referida usina.

A manutenção da termelétrica também se constitui numa alternativa energética para aquela região, neste momento em que o País assiste aos riscos de possíveis

apagões por conta dos baixos níveis de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas e até mesmo de acidentes na rede de transmissão de energia, como aconteceu neste começo de mês em Florianópolis.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2515

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de louvor, aplauso e congratulação ao Exmo. Sr. presidente da República do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, pela implementação de sua Política de Relações Internacionais, em especial junto à comunidade africana e a países de língua portuguesa, privilegiando o estreitamento de cooperação comercial, cultural, humanitário e o político, inclusive com a implantação da embaixada brasileira em São Tomé e Príncipe, numa demonstração sem precedente na história contemporânea brasileira.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2492

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Rio Negro, pela passagem, no próximo dia 15 de novembro, de seus 133 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Ary Siqueira, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Antonio Bossi, bem como a todos os vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O próximo dia 15 de novembro/2003, marcará a passagem de mais um aniversário da emancipação política do município de Rio Negro, e será comemorado festivamente pela população.

Vejamos um pouco da história de Rio Negro.

“O núcleo de colonização que deu origem a Rio Negro, iniciou-se ao redor de um registro fiscal, na região que era conhecida por Sertão da Mata, ou Mata do Sertão. O fundador do núcleo foi João da Silva Machado - O Barão de Antonina. Foi empresário e pecuarista de sucesso. Notabilizou-se por sua luta na criação da província do Paraná, tendo sido o primeiro senador paranaense.

Em 1828, foi erguida a Capela da Mata do Caminho do Sul. Em 26 de julho do mesmo ano, por ofício do Bispo de São Paulo, D. Manoel de Andrade, a povoação

elevou-se à categoria de Capela Curada. Nesta época a povoação era conhecida por Capela do Rio Negro. Em 1829 chegaram os imigrantes alemães que deram forte impulso à legalidade.

O Núcleo foi elevado à categoria de Freguesia em 1838. O município foi criado a 02 de abril de 1870, pela Lei nº 219. A instalação deu-se a 15 de novembro de 1870, e a composição dos Camaristas era a seguinte: Comendador João de Oliveira Franco, capitão João Bley, capitão Francisco Frade, João Vieira Ribas, tenente Pedro Amálio Ribas, Salvador José de Lima e Tibiriçá dos Santos Pacheco Lima. Em 1896 o município recebeu foros de cidade, e seu primeiro prefeito, foi o Sr. Joaquim Teixeira Sabóia.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste deputado, cumpre o dever de associar-se às homenagens que serão prestadas ao município de Rio Negro, na data tão significativa da comemoração de seus 133 anos de emancipação política.

Portanto, toda a população de Rio Negro é digna do nosso respeito, reconhecimento e admiração, na certeza de que continuará na trilha do progresso.

REQUERIMENTO Nº 2490

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de correspondência ao senhor governador do Estado do Paraná, Roberto Requião, solicitando informações sobre:

1 - Como está composta hoje a frota de aeronaves pertencentes ao Governo do Estado do Paraná?

2 - Se o Governo do Estado do Paraná é locatário de aeronaves, quantas, quais são e o valor dos contratos?

3 - No decorrer do ano de 2003, foram adquiridos aeronaves para uso do governo do Estado do Paraná? Se houveram aquisições, qual o valor pago, qual a fonte usada para o pagamento, e qual a finalidade de aquisição?

4 - Qual o modelo da aeronave a ser adquirida pela Concorrência Internacional 01/2003?

5 - Qual a fonte de pagamento desta concorrência?

6 - A que finalidade destina-se a referida aeronave a ser adquirida?

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2491

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao senhor secretário de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, Padre Roque Zimmermann, solicitando recursos financeiros para aquisição de resfriador de leite, embaladeira automática e compressor de ar, para reativar a vaca mecânica da Central de Produção

de Alimentos da Fundação João XXIII, - município de Campo Largo.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) RATINHO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Fundação João XXIII dispõe de uma vaca mecânica para produção de leite de soja, porém esta unidade encontra-se desativada, pela falta de alguns componentes.

Para que essa Fundação continue a oferecer o leite de soja às crianças e adolescentes matriculados na guarda mirim e possa estender esse benefícios às creches, escolas rurais e demais entidades sociais, necessitamos que os recursos financeiros sejam liberados com urgência, haja vista que o Programa Leite das Crianças deve ser implantado onde houver crianças que necessitem de complemento alimentar, conforme plano de governo do atual mandatário do Estado, governador Roberto Requião.

REQUERIMENTO Nº 2500

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores do Bairro Tatuquara, que solicitam, em regime de urgência, policiamento ostensivo nos Conjuntos Moradias Monteiro Lobato A e B, principalmente nas proximidades dos Colégios Monteiro Lobato e Dr. Osvaldo Arns. Há muitos assaltos e tráfico de drogas entre menores, deixando toda a comunidade muito apreensiva.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2503

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores do Bairro Pinheirinho, que solicitam, em regime de urgência, policiamento ostensivo na Rua Monte Sinai - Vila Mariana - Bairro Pinheirinho. Nessa vila tem ocorrido freqüentes roubos de tacógrafos de caminhões. Nessa semana, 02 (dois) tacógrafos foram roubados na referida rua. Os moradores encontram-se muito apreensivos e solicitam providências urgentes.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2514

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o

douto Plenário, informações ao governador do Estado, questionando:

a) Na exposição alusiva à comemoração dos 150 anos de emancipação política do Estado do Paraná, realizada em Brasília - DF, que órgão do governo estadual supervisionou os trabalhos? Que empresa foi contratada para a organização do evento?

b) Qual o custo para o Estado do Paraná, da referida exposição?

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2516

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, informações ao governador do Estado, perguntando:

a) Quantos secretários e demais servidores foram convocados para necessária assessoria do governador, durante sua permanência na Ilha das Cobras?

b) Quantos servidores foram necessários para o devido apoio logístico do senhor governador e respectiva comitiva, durante a referida estada? (transporte, alimentação e serviços gerais)

c) Quantas horas de voo, decolagens e pousos de avião e/ou helicóptero foram necessários para tanto?

d) Foi terceirização algum tipo de serviço naquele período, na Ilha das Cobras, tais como alimentação, transporte ou lazer? Quais?

e) Quanto o custo de cada um?

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) ELIO RUSCH

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 656/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É declarado de Utilidade Pública Estadual o Clube de Mães da Vila Audi de Curitiba - Paraná,

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães da Vila Audi é uma entidade de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, fundada em 06 de novembro de 2001, com sede e foro à Rua Luiz Venâncio, nº 45, Vila Audi, bairro Uberaba, Curitiba - Paraná.

O objetivo da entidade é a assistência social, filantrópica e promoção às pessoas carentes e empobrecidas, contribuindo para o desenvolvimento humano, cultural,

social, econômico e bem-estar da comunidade, residentes no município de Curitiba, sem distinção de raça, cor ou credo religioso das pessoas.

Em 2002, o Clube de Mães da Vila Audi, encaminhou centenas de pacientes em ações e atividades diversas. Foram 720 pessoas para os grupos de hipertensos, 276 mulheres para grupos de gestantes, 26 para estudo de informática, 113 jovens para grupos esportivos de futebol e vôlei. Foram 1327 pessoas atendidas em 2002.

A declaração de Utilidade Pública reforça a entidade em suas finalidades e contribui para que a mesma avance no desenvolvimento de seus trabalhos junto à comunidade, em prol da melhoria das condições de vida da mesma.

PROJETO DE LEI Nº 657/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São Judas Tadeu, com sede e foro no município de Ponta Grossa / PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente São Judas Tadeu, localizada no município de Ponta Grossa, com caráter beneficente, sem fins lucrativos, vem desenvolvendo, desde a sua instituição, em 1995, um imprescindível trabalho junto à comunidade onde encontra-se inserida.

Atende a uma grande população dividida entre Vicentinos, Pastoral da Criança (onde são assistidas 186 crianças em 165 famílias), Legião de Maria e ministros.

Entre os mais diversos trabalhos ali desenvolvidos, destacamos o acompanhamento de idosos (documentação para aposentadoria), lanche das crianças (semanal), distribuição de 600 quilos de alimentos para 27 famílias carentes cadastradas (140 pessoas), pagamento de remédios e contas de água, luz e gás.

A Pastoral da Criança, atuante constante na sociedade, além do atendimento tradicional às crianças com distribuição de cerca de 150 kg de farelo de trigo e multimistura, vem atendendo gestantes carentes, incentivando o aleitamento materno, prevenindo doenças, além de um importante trabalho de alfabetização de adultos.

A Instituição faz um trabalho de visitação e acompanhamento de pacientes em hospitais, inclusive gestantes e idosos (Legião de Maria com uma equipe de 36 senhoras), além de manter uma equipe de 36 senhores que fazem semanalmente 100 visitas aos hospitais (ministros).

Pela documentação acostada, comprova-se o elevado espírito social com que se reveste a Instituição, pelo que solicitamos a declaração de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 658/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Instituto Dedé Mocellin, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Dedé Mocellin, localizado em Curitiba, tem como objetivo a educação ambiental com vistas à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Com várias atividades sendo desenvolvidas na área ambiental, o Instituto Dedé Mocellin vem criando oportunidades para a transformação do indivíduo por meio da educação, tornando-o multiplicador dentro de sua família e também na sociedade, promovendo desta forma o desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social para a conservação do meio ambiente e da vida.

Dentro dessa filosofia, em 2001, o Instituto idealizou o programa educacional "Reciclar é Preciso", que tornou-se seu carro-chefe. Em apenas um ano e meio, esta iniciativa mobilizou mais de 2 milhões de pessoas em 61 cidades do nosso Estado, onde ocorreu sua implantação. Essa ação possibilitou o recolhimento e encaminhamento para reciclagem de mais de 7 milhões de garrafas pet, gerando desta forma, renda, e resgatando a simpatia da população pelos catadores. Um outro aspecto importante foi o auxílio na recuperação de jovens dependentes químicos que participaram no processo de confecção de tecnologia desenvolvida pelo Cefet/PR, cujo resultado foi a construção de uma edificação de 55 m2 na Estância Hidromineral Ouro Fino, em Campo Largo.

Agora, o Instituto encontra-se desenvolvendo um novo projeto - o "Valorizar é Preciso", cujo objetivo é a valorização dos materiais, o combate ao desperdício, através da mudança de hábitos, atitudes e comportamentos.

Pelo relatório de atividades da Instituição comprova-se o extenso trabalho que esta vem desenvolvendo ao longo de sua existência, sempre em benefício do meio ambiente e, por consequência, à humanidade.

PROJETO DE LEI Nº 659/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 10.346, de 06 de julho de 1993, que declarou de Utilidade

Pública a Associação de Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro, com sede e foro nesta Capital, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação e Assistência Social Maria Júlia Ruthes, com sede e foro nesta Capital”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.11.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando a presente proposição com o objetivo de alterar a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 10.346, de 06 de julho de 1993, que, através de assembléia geral, passou a chamar-se Associação e Assistência Social Júlia Ruthes.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Pedro Ivo.

O SR. PEDRO IVO ILKIV

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nós tivemos, na última terça-feira, no plenarinho da Assembléia Legislativa, uma audiência pública sobre Educação Infantil; estivemos no mês que passou, outubro, num encontro nacional do movimento inter fórum da Educação Infantil do Brasil.

Nesse encontro, agora na terça-feira, que realizamos, tivemos a presença do diretor do MEC e a pessoa que é encarregada do Fundef, a nível nacional, que veio nos falar sobre o financiamento da educação infantil. Também tivemos a professora Patrícia, da Universidade Federal, doutora na Educação Infantil da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a professora Dra. Catarina, da Universidade Federal do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação também estava presente, representantes do Movimento de Educação Infantil, aqui de Curitiba e o Ministério Público, onde nesse dia tivemos a discussão a respeito da educação infantil. Este é um assunto que percebemos hoje que é um elo perdido na educação, é o primo pobre da educação, a educação infantil.

Vários assuntos foram discutidos, nesse dia, principalmente sobre a realidade que está hoje a educação infantil, a nível de Paraná, com vários profissionais, mais de 1700 profissionais ainda sem o ensino médio, dentro das salas de aula. As dificuldades da estrutura física, enquanto uma escola de ensino fundamental se consegue numa parceria com o Estado os centros de educação infantil são financiamentos que são pagos pelos municípios em 40, 60 meses até.

Além da realidade que foi discutida da educação infantil, a nível de Paraná, também foi colocada a impor-

tância da educação infantil. A maioria das pessoas acham e eu mesmo achava que a educação infantil é algo que tem tempo, até os 7 anos a criança ainda tem tempo de esperar o seu momento para ir para a escola. E na verdade é exatamente nesta fase da vida, de 0 a 6 anos que a criança forma o seu caráter e a sua personalidade. É neste momento que, se tivermos uma proposta pedagógica onde se leve em consideração os princípios estéticos da criatividade, da ludicidade, da diversidade das manifestações artísticas e culturais, se criarmos espaço para que nossas crianças possam, de repente, apresentar nesta fase da vida, de 0 a 6 anos, um teatrinho, uma música, uma dança, vamos estar fazendo com que essa criança, ao ver a sociedade a aplaudindo e ela se sentindo importante, ela vai colocar dentro de si o entendimento de que é capaz, de que a partir do seu esforço ela é capaz. Assim estaríamos criando uma geração do futuro, com determinação, com garra, com vontade de vencer, com auto-estima para superar as dificuldades da vida.

Isso ocorre exatamente nesta fase da vida, de 0 a 6 anos, quando se forma o caráter, a personalidade. Infelizmente nós ainda temos poucas crianças sendo atendidas nos centros de educação infantil. O Brasil tem 23 milhões de crianças de 0 a 3 anos e nós atendemos apenas 6 milhões. E o MEC trouxe uma proposta de discutir o Fundef, de transformar em Fundeb, que é uma discussão onde a Ondime está participando, o movimento da educação infantil a nível de Brasil, para que, assim como se tem um *per capita* para a criança do ensino fundamental e do ensino médio também possa se ter um *per capita* para a educação infantil. Tendo em vista a importância que tem a educação infantil.

Nesse encontro tivemos em torno de 40 municípios, mais de 200 pessoas. Tivemos um seminário um dia antes. Saiu uma carta aberta que estaremos apresentando ao Governo do Estado, e pedindo para que os Centros de Educação Infantil possam ser construídos nos mesmos moldes que se constrói uma escola de ensino fundamental e de ensino médio, e que não tenha que ser financiamento. E, se for financiamento, que a contrapartida possa ser bem menor por parte dos municípios. Também ficou definido que desse encontro se formaria um conselho intersetorial onde teria um assento da Ondime, da Assembléia Legislativa, das Prefeituras, do Governo do Estado, da Secretaria da Educação, para que pudéssemos discutir esse assunto, além de outros que foram discutidos como: a cota parte nas universidades para os profissionais de educação tendo em vista que temos um grande número deles sem o curso de pedagogia, ou nível superior.

Foram essas as principais deliberações desse encontro.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Senhor presidente e senhores deputados.

Há poucos dias atrás, nesta Casa, aprovamos um projeto de lei que proíbe o transporte e uma série de questões com relação à soja transgênica no nosso Estado do Paraná. A lei foi aprovada pelos deputados desta Casa e foi ao governador do Estado, que sancionou-a. E, por incrível que pareça, depois de a lei estar em vigor, o porto de Paranaguá, através do seu presidente e por uma decisão de governo, libera a exportação de soja.

Um dos artigos da lei deixa bem claro: Fica proibida a exportação de soja transgênica pelo porto de Paranaguá, que eu considero errado, porque tem que ficar aberto para que o porto possa exportar a soja transgênica e a soja convencional. Mas, muito bem, a vontade da base aliada do governador, fez com que a lei fosse aprovada e proibindo a exportação dos produtos transgênicos.

Na última semana, o presidente do porto, com aval e com o mandato do governador do Estado, autorizou a exportação de toda a soja transgênica que estava lá no porto de Paranaguá. Enfim, a lei que aqui aprovamos, pelo jeito não tem valor nenhum, senhor presidente! O governador do Estado está passando por cima da lei que os deputados, a seu pedido, aprovaram na Assembléia Legislativa! Vamos ver como tudo isso acontece no decorrer das próximas semanas, naquilo que diz respeito à soja transgênica no Estado do Paraná.

Mas, o que me traz à tribuna no dia de hoje, é para dizer que estamos apresentando um requerimento, senhor presidente, um pedido de informações ao senhor governador do Estado com relação àquele edital de licitação que foi lançado pelo Governo do Estado do Paraná para comprar aeronave, e uma aeronave no valor de cinco milhões e setenta e cinco mil reais. O número da licitação é 001/2003, que está no Diário Oficial, está na Internet trazendo tudo aquilo que o governo do Estado do Paraná pretende fazer com a compra de um avião. E este pedido de informações vai buscar aquilo que nós queremos saber: o governo do Estado do Paraná - todos nós sabemos, já é proprietário de quatro aviões, senhor presidente! E agora está comprando mais um avião no valor de cinco milhões de reais, ou melhor, cinco milhões e setenta e cinco! Nós queremos saber o que é esse avião, para que vai servir ao Estado do Paraná.

Quantas vezes escutei este ano, na Assembléia Legislativa, no plenário desta Casa, críticas ao governo anterior, que deixou o governo quebrado, que não havia recursos para nada! Críticas, aqui fizemos quando vimos que o curso de Medicina de Ponta Grossa, nossa cidade, fechou porque o governo dizia não ter dinheiro! Quantas vezes vi o deputado Ângelo Vanhoni dizer que era falta de recursos financeiros, mas para comprar avião, deputado Jocelito, o governo do Estado tem!

E nós temos o direito de saber, é o nosso papel fiscalizar o governo. Queremos saber que modelo de aeronave é, perfazendo o quinto avião de propriedade do Governo do Estado do Paraná.

Enfim, estamos encaminhando este pedido de informações, senhor presidente, e esperamos que o governo explique aos paranaenses, que têm escutado da boca do governador, que o governo estava quebrado quando ele assumiu, que o governo não tem dinheiro, que o curso de Medicina está fechado e outras tantas coisas, por falta de recurso financeiro!

Senhor governador do Estado, conte-nos para que serve esse avião de cinco milhões de reais!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Com a palavra, a deputada Elza Correia, no Pequeno Expediente.

A SRA. ELZA CORREIA

Senhor presidente, nobres companheiros e companheiras, visitantes, assessores, imprensa.

Graças à mobilização, ao trabalho incansável das combativas mulheres brasileiras, hoje o voto feminino completa 73 anos. Foi no dia 3 de novembro de 1930 que o então presidente Getúlio Vargas sancionou uma lei permitindo o direito de voto às mulheres brasileiras. Evidentemente é preciso deixar consignado que não se tratou de um presente do presidente Getúlio Vargas, muito pelo contrário. Tratou-se apenas do reconhecimento da luta das mulheres brasileiras que já no século XIX e início do século XX, de forma incansável, comandadas por Berta Lutz - uma jovem que estudou fora do Brasil, filha de Adolfo Lutz, que tinha uma consciência democrática e de direitos bastante clara e determinada, e, como nós, entendia que não se pode falar em democracia sem a participação efetiva das mulheres.

Não fosse a luta daquelas companheiras - por isso hoje damos crédito a elas -, a deputada Cida Borghetti, a Alerte Caramês, a Luciana Rafagnin, e esta deputada não fariam parte deste colegiado, e não estaríamos aqui, defendendo tanto quantos os nossos companheiros deputados, as causas e demandas importantes ao nosso Estado e ao nosso país.

É preciso fazer essa referência, porque, às vezes, os próprios historiadores não dão visibilidade à luta das mulheres na construção da democracia. Graças portanto, a essa luta, hoje nós temos duas governadoras, 8 senadoras, 43 deputadas federais, e 133 deputadas estaduais.

Do ponto de vista quantitativo, é bastante irrisória essa participação. Mas do ponto de vista qualitativo, digo que é bastante significativa, porque as mulheres têm, sim, que participar das discussões, dos processos, das ações para mudanças e melhoria da qualidade de vida da população brasileira, apesar de a história do Brasil insistir na invisibilidade das mulheres.

Portanto, nós não gostaríamos, absolutamente, de passar em branco esta data, que consideramos de fundamental importância. Naquele momento quando as mulheres brasileiras brigavam pelo direito ao voto, a colocação dos constituintes era de que a responsabilidade das

mulheres deveria se resumir na criação e na educação dos filhos, que o ato de direito de votar e sermos votadas traria a desintegração da família e haveria de dificultar a questão do ponto de vista da educação. Lugar de mulher é na cozinha, lugar de mulher é cuidando de filho. E nós, através de nossa luta, mostramos que lugar de mulher é na luta!

Evidentemente que numa cultura onde ainda está estabelecido, não do ponto de vista da legislação, mas do ponto de vista dos “costumes”, cabe à mulher e compete ainda à mulher a maior responsabilidade na educação dos filhos, mas nós sabemos que a educação dos filhos passa pela questão da responsabilidade da mulher, do homem e do Estado. Enquanto isso não mudar, nós estaremos interferindo para impedir a reprodução da ideologia machista e a reprodução do modelo de cultura que não serve mais nem aos homens, nem às mulheres.

Portanto, hoje 73 anos do voto feminino no Brasil, é significativo e importante cada vez mais a presença das mulheres na vida brasileira.

Nós representamos mais da metade da população do Brasil, representamos mais da metade dos eleitores do Brasil, representamos 40% da população economicamente ativa e nós que em cada quatro famílias, hoje, duas já são chefiadas por mulheres.

Portanto, a presença feminina, a participação feminina, a competência feminina nas lutas nacionais, são bastante significantes e isto nós temos percebido após anos, uma participação mais efetiva, inclusive, a adesão e a participação dos nossos companheiros na nossa luta no entendimento que de fato, só haverá a construção da democracia e só haverá mudança de uma nova ordem social, com a presença das mulheres.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Temos a grande honra de conceder a palavra ao doutor Roberto Portugal Bacellar, presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, conforme requerimento aprovado por esta Casa de Leis no dia 29/10, por solicitação do deputado Edson Praczyk.

O DR. ROBERTO PORTUGAL BACELLAR

Agradeço ao Pastor Edson Praczyk, cumprimento aos deputados.

Pedi esse espaço aqui nesta Casa, porque acho fundamental falar um pouquinho sobre o Poder Judiciário. A reforma do Poder Judiciário, hoje é a próxima, no contexto nacional.

Quando se fala em crise do Poder Judiciário, se pensa na justiça civil e na justiça penal brasileira. Efetivamente há uma crise e precisa de uma reforma.

Nós temos hoje o sistema criminal, o sistema penitenciário que não têm funcionado a contento. Nós temos uma justiça que não tem sido a dos nossos sonhos e precisamos, portanto, de uma reforma.

A pergunta que se faz: qual é a reforma que nós precisamos?

Eu queria trazer aos senhores deputados uma visão em relação à reforma do Poder Judiciário, que não é a visão que tem sido preconizada com a ideal. Quando nós reformamos a nossa casa, o fazemos para que ela fique melhor. Eu tenho visto ser defendido a súmula vinculante às questões dos crimes envolvendo os direitos humanos, passarem da competência da Justiça Estadual, para a Justiça Federal e, ainda, o controle extremo do Poder Judiciário.

Essa é a pergunta que eu gostaria que ficasse, e gostaria que os senhores também fizessem essa pergunta. Quando se falar em reforma do Poder Judiciário, se pergunte: o que essas reformas podem beneficiar a população jurisdicionada que é o principal destinatário da Justiça? Se essas reformas que estão sendo preconizadas não atendem ao jurisdicionado, elas não são boas reformas para o Poder Judiciário Nacional.

Falar da súmula vinculante, hoje, é você tirar totalmente o poder do juiz de 1º grau. O juiz que está nas comarcas, o juiz que conhece a sua população e que tem melhores condições de aplicar a justiça no caso concreto. Aquele juiz que tem olho a olho com a população e pode decidir de acordo com a justiça da sua região, de acordo com as peculiaridades locais.

O que se propõe em relação à súmula vinculante? Todos os juízes serão obrigados a decidir exatamente como decidem os Tribunais Superiores. O juiz estará sem a possibilidade de fazer justiça no caso concreto, porque terá que aplicar aquela súmula dos Tribunais Superiores.

Em relação aos crimes de direitos humanos passar para a Justiça Federal, é um equívoco de raciocínio. Parece que o Governo Federal está querendo fazer com que tudo que é da Justiça Federal seja melhor. A Polícia Federal é melhor que a Estadual, os órgãos federais são melhores que os estaduais, quando na verdade isso não é assim. Nós temos condições de fazer no Estado do Paraná, o Poder Judiciário Estadual fortalecido, e que possa dar uma justiça ágil, rápida e eficaz aos cidadãos.

Em relação ao controle externo da Magistratura, não há nenhuma preocupação em ser controlado. Os juízes do Brasil não têm nenhuma preocupação com relação ao controle externo. Tem sim, a preocupação que o controle externo possa interferir na cabeça do juiz. Se você der poder para esse controle externo de demitir, aposentar, remover compulsoriamente o juiz, eu costumo dizer que se você der poder para alguém que corte o pescoço do juiz certamente você estará influenciando na cabeça desse juiz.

Então, o problema do controle externo não está no controle em si, mas sim na possibilidade que esse controle venha interferir nas decisões judiciais. Basta que um juiz contrarie o interesse político local que ele estará com os seus dias contados.

Parece-me que é importante, então, deixar claro essa situação.

Lia esses dias as revistas Veja e Isto É e fiquei preocupado, porque os equívocos que lá constam, se forem em todas as áreas do conhecimento, não temos condições de lê-las! Se os mesmos equívocos que eles cometem quando falam do Poder Judiciário, também cometerem quando eles falam da medicina, da veterinária, da ciência em geral, nós temos sérios problemas neste país, porque desde 1992, os juízes representados pelas suas associações de magistrados têm se preocupado com a reforma do Poder Judiciário. Nós queremos um Poder Judiciário melhor, mais ágil, um Poder Judiciário que possa atender ao interesse do jurisdicionado. Essas reformas que estão sendo preconizadas pelo Governo Federal não atendem a esses requisitos básicos de acesso da população à Justiça.

Parece-me fundamental que se a reforma não fizer nenhuma previsão de benefício ao cidadão, essa reforma não será considerada pelos congressistas.

Por que eu estou falando com os deputados estaduais? Por que eu pedi esse espaço na Câmara dos deputados? Porque nós pessoas de bem, temos que nos unir para lutar contra as questões que estão sendo trazidas no bojo das reformas do Poder Judiciário. Hoje, não tenho a menor dúvida que as reformas encomendadas para o Poder Judiciário tendem a beneficiar o mercado internacional, a área de livre comércio das Américas. Pretende-se ter um Poder Judiciário previsível que possa atender às condições de mercado. Essas normas constam do documento técnico 319, do Banco Mundial, onde lá está prevista a aprovação da súmula vinculante, do controle externo, da centralização dos Poderes nas mãos dos Tribunais Superiores, com objetivo de enfraquecer o juiz do poder de primeiro grau, e, enfraquecendo o juiz, enfraquece a Justiça.

Fica à disposição dos senhores para qualquer indagação. E digo que estou aqui para conversar com as pessoas de bem, porque acredito que as pessoas de bem, sendo esclarecidas, podem lutar para que tenhamos no País um Poder Judiciário sério, honesto, competente, e que possa aplicar ao cidadão uma justiça mais rápida e eficaz.

Quero terminar com as palavras de Rui Barbosa em 1914, no Senado, em um discurso. Ele dizia que o grande mal da nossa terra era a falta de justiça. Isso, em 1914. Não fomos nós que causamos os problemas da justiça, mas a nossa geração está sendo responsabilizada por eles. Concluía Rui Barbosa: “De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver crescer as injustiças e agigantarem os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a rir-se da honra e ter vergonha de ser honesto.” Estou à disposição dos senhores a Associação dos Magistrados do Paraná, está ao lado dos senhores para lutar em tudo que for correto, honesto e que possa fazer da justiça, uma justiça mais ágil e benéfica para o cidadão.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos conceder aos parlamentares alguns minutos para esclarecimentos.

Com a palavra o deputado Tadeu Veneri.

O SR. TADEU VENERI

Gostaria de cumprimentar o Dr. Bacelar, não só pelo trabalho que faz, mas por vir aqui. Já conheço a sua luta, a luta pela Associação que o senhor representa e preside. Sei que é o objetivo dessa Associação trazer mais justiça e, principalmente acesso à justiça de uma forma que todos possam ter dela uma condição de cidadania.

Entregamos ao presidente do PT, no sábado, a pedido da Dra. Maria Tereza, um documento que ela recentemente expôs publicamente, sobre a Medida Provisória nº 2225/45.

Estamos aqui nesta Casa fazendo uma série de debates e que deverão ser mais intensos a partir que tivermos um parecer do projeto que prevê a nova organização Judiciária no Paraná.

Gostaria que o senhor fizesse um comentário a respeito dessas duas situações, e o que pensa a Associação a respeito do novo código.

Muito obrigado e parabéns pela sua presença aqui nesta Casa.

O SR. ROBERTO BACELAR

A questão da reforma do Poder Judiciário passa por vários focos. Um deles é a modificação legislativa para permitir que o Ministério Público possa melhor investigar e o Poder Judiciário possa ser mais ágil. A revogação dessa medida provisória é fundamental para que isso aconteça. A forma como a questão está sendo posta hoje, faz com que o criminoso seja beneficiado.

Portanto, a Associação também se posiciona pela modificação dessa medida provisória, para que possa permitir que o processo possa tramitar de maneira mais ágil.

Em relação à reforma do Poder Judiciário ainda, quero dizer que um foco importante da reforma, é a reforma do Poder Judiciário Estadual. Quando estamos falando da reforma do Poder Judiciário Nacional, antecipando a isso, tem aqui o Código de Organização Judiciária tramitando nesta Casa. É fundamental que se discuta isso de uma maneira firme, porque hoje, se não se aprovar o novo código, principalmente no que refere à estrutura, os Juizados Especiais, a população, o acesso à justiça estará definitivamente comprometido.

Hoje o acesso à Justiça nas Varas Cíveis tradicionais é muito caro. Há necessidade de um barateamento nas custas. Os Juizados Especiais são uma justiça gratuita para a população; precisam ser efetivamente aprovados.

É fundamental que, além da reforma do Poder Judiciário Nacional, aprove a reforma do Poder Judiciário Estadual, claro que com as correções necessárias, principalmente no que se refere às estruturas das Varas, à criação de maior cargo de assessoria para os juízes e à criação de algumas Varas para combater o crime, a corrupção e a impunidade no País, principalmente aqui no

Estado do Paraná, que são fundamentais para que a Justiça possa ser melhor.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Quero fazer uma pergunta ao nobre juiz.

Bacelar, o nosso país, já há algum tempo, discute a possibilidade de fazer uma reforma do Poder Judiciário. Nós assistimos a uma polêmica nesses últimos meses, até não muito sadia, pois foi de uma maneira transversa entre o Poder Executivo - em função de algumas declarações do presidente Lula - e o presidente do Supremo Tribunal Federal. O centro dessa polêmica é que o Poder Judiciário, de alguma forma, pela sua estrutura, pela sua maneira de estar estruturado na República Brasileira, não traz a transparência necessária. Há juristas que há algum tempo têm advogado a necessidade de controle externo, sobretudo administrativo do Poder Judiciário, não no que diz respeito à sentença, ao julgamento, mas de que nessa transparência administrativa a sociedade pudesse exercer um controle maior sobre esse Poder.

Vi que V. Exa. é favorável a esse debate de uma reforma no Poder Judiciário, mas nos alerta a respeito de uma possibilidade, em função de que interesses outros podem estar também consignados nessa reforma, sobretudo interesses internacionais.

Gostaria que V. Exa. deixasse isso um pouco mais claro, porque eu, até então, não tinha tido a compreensão desses aspectos.

Gostaria que V. Exa., se puder, sei que não é o momento, mas pelo menos, rapidamente, pudesse trazer alguns dados para nós.

O SR. ROBERTO PORTUGAL BACELAR

Estive conhecendo o sistema judiciário argentino e também o americano, para tentar trazer algum subsídio. Em alguns cursos que fiz, pude aprender um pouquinho sobre o judiciário de outros países e trazer alguma referência para o Brasil.

Percebi que na Argentina a reforma do Poder Judiciário, em 1996, foi toda recomendada pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial. A Argentina seguiu a cartilha do Banco Mundial *ipsis literis*, fielmente, implementando as reformas necessárias para que o Poder Judiciário daquele país, recebendo recursos do Fundo Monetário Internacional, por meio do Ministério da Justiça daquele país, procedesse à reforma do Poder Judiciário. Seguiu-se a cartilha do Fundo Monetário Internacional e o resultado foi péssimo, prejudicou o Estado; o Poder Judiciário hoje é desacreditado. Tentou-se estimular métodos alternativos de resolução de conflitos, como arbitragens internacionais, e o Poder Judiciário daquele país, hoje é totalmente desacreditado.

Hoje, lendo o documento técnico nº 319 do Banco Mundial; lendo um documento técnico encomendado pelo Itamarati nos governos passados para verificar qual o problema que impedia que os recursos internacionais viessem ao País, eu verifico que, dentre os vários pontos,

tem-se dito que é preciso ter um Judiciário mais previsível, um Judiciário que centralize o poder na cabeça, nas cúpulas dos tribunais e que possa ter súmulas vinculantes na medida em que os investimentos internacionais, quando vierem ao país, não corram o risco de terem decisões desfavoráveis por um “juizinho”, como costumam dizer, de uma comarca pequena, que atendendo aos interesses locais e da população pudesse contrariar um grande interesse econômico.

Segundo o documento técnico do Banco Mundial, a solução seria tirar do Judiciário uma gama de poderes; possibilitar que os empresários, notadamente os mais fortes e os investidores internacionais, pudessem eleger arbitragem internacional como forma de resolver os conflitos, podendo escolher o árbitro a câmara arbitral que dirimiria esses conflitos e que, provavelmente, fosse a Câmara Arbitral de Nova York; a escolha da legislação aplicável, o que afastaria a constituição da República Brasileira, se for adotada a arbitragem internacional; a Área de Livre Comércio das Américas, quando vier a funcionar, funcionará tendo um Poder Judiciário parecido ou mais ou menos nos moldes do que interessa ao Mercado Internacional e aos investidores americanos. Então, essa é uma grande preocupação. Ela está no documento técnico 319 do Banco Mundial. O Governo tem seguido a cartilha do Fundo Monetário Internacional e essa preocupação talvez não tenha sido considerada.

Tenho esses documentos à disposição, no meu computador. Posso inclusive remeter aos deputados que tiverem interesse, porque realmente é uma situação grave. Temos que assumir a culpa do Judiciário quando ele se afastou da população. O povo efetivamente tem dificuldade de acesso ao Judiciário, porque os juízes, os advogados e, os promotores falam uma linguagem que o povo não entende. Esse é um problema que pode ser muito bem solucionado.

Agora, se vierem essas reformas, da forma como estão sendo preconizadas, sem essa preocupação com interesse do jurisdicionado, não me parece que o interesse do Fundo Monetário seja atender o jurisdicionado. Nem fazer com que a Justiça seja mais rápida, ágil e efetiva para o pobre. Parece que o interesse deles é o mercado internacional e isso não nos agrada.

O SR. RAFAEL GRECA

Senhor presidente, eu queria a palavra.

(Assentimento)

Quero cumprimentar o Dr. Bacelar, meu estimado primo, e quero cumprimentá-lo, sobretudo pela sua presença na comunidade; pela sua presença na Gazeta do Povo, que está abrindo os mistérios do Poder Judiciário à população. A coluna tem se revelado excelente, do ponto de vista de considerar a prática e o contato do Judiciário com a população. Ainda ontem, Margarita e eu observávamos isso, pela leitura, como o senhor tem exercido um papel importante e didático e tornar sem mistério o exercício da Justiça. Isso é muito importante em nosso país,

onde tantos têm sede de justiça e o povo mais humilde algumas vezes é afastado dela.

Quero também cumprimentá-lo pela sua presença neste Parlamento, pela sua palavra sempre lúcida e sempre importante no exercício da Justiça.

O deputado Tadeu Veneri e eu estávamos aqui a conversar sobre a questão das súmulas vinculantes; a questão que colocaria em riscos os Poderes judiciários Estaduais. Gostaríamos que V. Exa. discorresse sobre o assunto.

É verdade que há uma perspectiva diante do acordo do Brasil com a Alca, de ameaçarem os Poderes Judiciários na instância estadual e só se permitir a partir do acordo da entrada do país na Alca, uma instância judiciária federal e daí uma instância judiciária de arbítrio internacional com a extinção dos judiciários estaduais.

Gostaria que V. Exa. discorresse sobre isso.

O SR. ROBERTO PORTUGAL BACELLAR

O documento técnico 319 do Banco Mundial, essa reforma preconizada pelo Fundo Monetário Internacional, tem efetivamente trazido uma idéia de centralização do poder nas mãos da cúpula dos Tribunais e no Governo Federal. Isso, a nosso ver, é um risco muito grande, inclusive ao estado democrático de direito e ao princípio federativo, na medida em que o Brasil é muito grande e há necessidade de que as questões locais, os Estados sejam considerados com as suas peculiaridades.

A súmula vinculante tem um primeiro viés preocupante que é exatamente este. A partir do momento que os Tribunais Superiores passem a decidir e todos nós tenhamos que repetir aquilo que foi decidido pelos Tribunais Superiores, há algumas questões que funcionam mais ou menos como aquele joguinho, o Lego, que se encaixam, como as questões tributárias nacionais, algumas questões constitucionais. E elas se encaixam: cabe ICMS; não cabe ICMS nessa transação. Para essas questões não nos importa e nem nos preocupa a súmula vinculante, porque isso é “lego”, se encaixa ou não se encaixa na situação do caso concreto.

Entretanto, quando se fala em súmula vinculante para o Superior Tribunal de Justiça, quando se fala em súmula vinculante para os Tribunais Superiores, você vai estar tratando de súmula vinculante para todas as questões de Direito Civil, Direito do Consumidor, Direito Penal, e é aí que vem a preocupação, porque o Direito Penal, o Direito Ambiental é diferente aqui no Paraná e no Amapá. Costuma-se dizer que aquele caçador que mata a caça para matar a sua fome, ele não pode ser penalizado se estiver no Amazonas e a sua atividade local, onde ele mora, não tenha com o que se alimentar. Se você adotar a súmula vinculante para todas as decisões, nós vamos ter que nos conformar com as decisões políticas do Supremo Tribunal Federal e quando eu falo “política”, não estou falando no sentido pejorativo da palavra, porque o Supremo Tribunal Federal é um tribunal político por essência, além de ter a sua finalidade jurisdicional.

Entretanto, parece-me que a Justiça, a verdadeira Justiça, é aquela que se faz com os juízes da terra com os juízes que conhecem os seus cidadãos. A súmula vinculante, tenho dito ainda que se ela for aplicada, nós juízes não devemos nos preocupar, sim, quando nos substituírem por computadores e ninguém mais souber perceber a diferença, ninguém mais puder perceber diferença alguma entre isso! E aí nós não vamos mais ter juízes, mas vamos ter computadores para julgar! E o juiz, além de ser uma pessoa que aplica a lei ao caso concreto, tem que ser uma pessoa que conhece a situação, conhece o seu jurisdicionado, tem que analisar e interpretar a lei de acordo com as peculiaridades daquele local que ele conhece e que sabe bem julgar. Por isso, a idéia que a Justiça Federal é melhor do que a Justiça Estadual, a idéia que os Direitos Humanos têm que ser julgados pela Justiça Estadual, a idéia que os Direitos Humanos têm que ser julgados pela Justiça Federal, dando a entender ou a impressão que a Justiça Estadual é pior do que a Justiça Federal, isso é péssimo. Inclusive em relação ao eleitoral está se fazendo a mesma comparação, de que os juízes federais são melhores do que os estaduais e isso não é verdadeiro, há um desvio de raciocínio e isso prejudica inclusive o princípio federativo: nós temos que valorizar os nossos Estados, valorizar o Estado do Paraná, que tem juízes sérios, honestos e competentes. E se não os tiver, eles têm que ser colocados para fora, porque a nossa Associação dos Magistrados do Paraná quer trabalhar com pessoas sérias, corretas e que tenham condições de bem aplicar a Justiça ao seu cidadão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nós agradecemos a presença do Dr. Roberto Portugal Bacelar, que veio fazer considerações sobre a Mensagem do Poder Judiciário que está nesta Casa e eu até faria uma solicitação ao Dr. Roberto, que V. Exa. encaminhasse por escrito à Comissão de Constituição e Justiça as alterações que a Associação entenda que devam ser feitas aqui nesta Casa.

Agradecemos a sua presença!

No Horário da Liderança do PDT, concedo a palavra ao deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados:

A cidade de Londrina, apesar da sua importância sócio-econômica, parece estar irremediavelmente relegada a um plano meramente secundário neste governo. Pólo de uma das regiões mais produtivas deste Estado, não consegue sensibilizar os planejadores deste governo. Londrina tem - além do triste recorde de violência e insegurança, com mais de 173 pessoas assassinadas até este fim de semana - o triste recorde de ter um dos mais altos índices de acidentes de trânsito. A cidade de Londrina é recortada por uma das mais movimentadas rodovias do Estado, a BR-369, que ao recortar a cidade tem, em um

dos seus trechos, o nome da Avenida e no outro o nome de Avenida Tiradentes.

Há muito tempo se fala da construção de perimetral Norte ou do contorno Norte, uma obra que permitiria ao tráfego da BR-369, que tivesse outros destinos que não a cidade de Londrina, a possibilidade de prosseguir viagem sem ter que obrigatoriamente passar pela cidade, pessoas que estão sendo transportados ou mercadorias transportadas, que saem de São Paulo e vão para Foz do Iguaçu, Maringá ou vice-versa.

Para que se possa melhor aquilatar a discussão do problema, a Avenida Brasília, ou a BR-369 é a rodovia que separa a região dos cinco conjuntos, na Zona Norte da Cidade, corresponde a quase 1/3 da população de Londrina, a BR-369. Nesse trecho em que assume o nome de avenida Tiradentes, igualmente separa o Jardim Bandeirantes do Jardim Leonor e outros bairros com elevada densidade demográfica. O fato é que, nesses dois trechos, está concentrada a grande maioria dos acidentes, com elevado índice de fatalidade, apresentando ali pelo menos cinco pontos, considerados altamente críticos pelas autoridades policiais rodoviárias. A região continua crescendo com a instalação de empreendimentos altamente adensadores de tráfego, como foi a instalação de um hipermercado e, agora, com a implantação do campus da PUC, que fatalmente aumentará ainda mais o índice de acidentes, enquanto não for construída a nossa perimetral Norte.

Em um desses pontos críticos no cruzamento da BR-376, da Avenida Brasília, ocorreram nos últimos quatro anos onze acidentes, com 55 feridos e 6 mortes, levando a comunidade daquela região a protestos, algumas vezes interrompendo o tráfego naquela via - o que aconteceu no sábado retrasado - eu, inclusive, cheguei a participar. Estou com um panfleto, que mostra um alerta da real situação de perigo que vivem os moradores, não só da zona Norte, mas de toda a cidade, que são obrigados a cruzar o trevo, onde deveria ter sido construído um trevo na Avenida Brasília, a BR-369, esquina com o posto Vista Bela. Este não é um problema que afeta apenas a população de Londrina, mas que aflige todos os municípios que compõem a Região Metropolitana de Londrina, como Jataizinho, Ibiporã, Cambé, Rolândia, Sertãozinho e Bela Vista do Paraíso, porque todos os veículos trafegam na BR-369 e são obrigados a passar por Londrina, mesmo quando seus destinos são outras cidades.

Este descaso do governo com Londrina e região fica tão acintosamente caracterizado, parecendo propositalmente planejado diante da má vontade do governador, que se recusa a implantar a Região Metropolitana de Londrina, cuja autorização esta Casa de Leis aprovou há mais de cinco anos. Chega a ser insulto à nossa população, que o orçamento de 2004 contemple mais de 90 milhões de recursos para a Região Metropolitana de Curitiba e absolutamente nada, para as regiões metropolitanas do interior do Paraná, como Londrina e Maringá,

por exemplo. Nem mesmo o plano plurianual representa a vontade política do governo, para os anos futuros, contempla estas aspirações mais que legítimas do nosso laborioso povo.

Mas, não vamos concordar com essa insensibilidade. Vamos, sim, lutar com todas as nossas forças e com todos os meios possíveis, conclamando aqui os nossos colegas deputados, não só da região de Londrina, mas também das outras regiões do interior, igualmente negligenciadas, para, juntas, subscrevermos as emendas ao plano plurianual e ao orçamento de 2004, para mudarmos essa situação e permitir que os poucos recursos arrecadados sejam aplicados de forma equitativa permitindo um desenvolvimento sócio-econômico mais equilibrado para toda a população do Estado do Paraná. O deputado André Vargas já se atentou para esse problema e nos procurou, juntamente com o deputado Durval Amaral; estamos dispostos até a assinar emendas conjuntas que vise beneficiar toda a nossa região.

Então, gostaria de deixar registrado nesta Casa a nossa intenção de levar para Londrina os recursos necessários, principalmente para a construção da perimetral Norte que já estava inclusive decidida junto às empresas concessionárias que exploram as rodovias do nosso Estado. Estive inclusive reunido com o diretor do Econorte, em Londrina, engenheiro Gustavo Musnik, que explicou detalhadamente a prioridade que era a construção da perimetral Norte. Só que com essa insensibilidade do governador e até indecisão em relação ao pedágio, nós ficamos a ver navios, e não há uma decisão a respeito da construção da perimetral Norte e não se pode construir viadutos ou mesmo outras obras para evitar o choque desses veículos que estão aí trazendo muitos danos a toda a nossa população.

Vamos esperar que o governador possa contemplar a nossa região porque não estamos pedindo nada, apenas exigindo, já que os impostos são arrecadados e merecemos um tratamento igualitário também.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Concedo a palavra ao deputado Elton Welter, no Horário do PT.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

O deputado Plauto Miró falava daquela tribuna dando a entender que o projeto de lei aprovado aqui nesta Casa, agora lei, não tem eficácia, porque o governo autorizou a exportação da soja.

O porto de Paranaguá tem um acordo internacional, então só a soja paraguaia realmente foi autorizada - para não criarmos um impasse diplomático, e o governo acertou na atitude, e a lei está tendo tanta eficácia que o Estado do Pará também adotou a mesma medida, o Estado do Mato Grosso, o governador também toma a mesma decisão, no Estado de São Paulo, ouvia na

semana passada, o Secretário da Agricultura, na CBN, declarando que também estão querendo área livre de OGM naquela Estado.

Vejam só o Paraná pioneiro. Num debate como este, cria uma situação onde a Lei de Biossegurança deverá ter a cautela tanto alardeada pela nossa grande ministra, Marina Silva, e o Paraná vai conseguir, no nosso entendimento, fazer com que a Lei que está agora tramitando no Congresso Nacional tenha a devida preocupação e os possíveis OGM's que serão liberados terão todas as exigências ambientais e laudos da Saúde, garantidos.

Portanto, esta é uma lei que veio para ficar e ter eficácia, tanto é que os consumidores, de um modo geral, estão se perguntando agora o que eles estão consumindo de transgênicos, e os que eventualmente estão sendo vendidos nas prateleiras dos supermercados, deveriam estar rotulados. Infelizmente tem algumas leis que não estão sendo cumpridas e nós queremos que os produtores de alimentos, que têm autorização de algum OGM, que eventualmente foram liberados pela CTNBio, que circulam nos mercados, tenham o rótulo. O consumidor tem a obrigação de saber disso e o Paraná, com certeza, está contribuindo para alertar o consumidor destes alimentos.

Muito obrigado.

O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, apenas para corrigir aqui, eu conversava com a deputada Elza Correia que inclusive vai fazer uso da palavra, e ela também está preocupada com a questão da implantação da Região Metropolitana de Londrina. Já fez gestimentos neste sentido junto ao secretário Edson Strapasson; eu só não havia citado o nome dela porque não tinha conversado, especificamente, sobre estas emendas, mas a disposição dela de junto com os deputados José Maria Ferreira, André Vargas, Durval Amaral e este deputado que vos fala, estamos todos unidos para a instalação da Região Metropolitana de Londrina.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, acho importante deixar consignado nesta Casa a nossa preocupação, que é a preocupação de vários deputados, especialmente dos deputados da região Norte do Paraná, em relação à questão da região metropolitana.

Uma das primeiras demandas logo após a nossa posse como deputada, foi conversar, como disse o deputado Durval Amaral, com o secretário Strapasson e também com a secretária Eleonora Fruet, porque da nossa ação como vereadora e como cidadão do Norte do Paraná, sempre mencionamos a importância da região metropolitana, a medida que um trabalho em rede otimiza recursos e todos nós sabemos das vantagens de uma região metropolitana, o que foi solicitado tanto pela secretária Eleonora quanto pelo secretário Strapasson é que, considerando o Orçamento de 2003, que já estava

votado e não havia como rever isso, para 2004 essa questão seria pensada e equacionada.

Estamos acompanhando, e tenho conversado com alguns deputados, existe em Londrina, através da Câmara de Vereadores, um convite para uma audiência pública no dia 10. O deputado Barbosa Neto faz um requerimento hoje, aqui, solicitando que seja alterada essa data, porque uma segunda-feira dificultaria nossa presença nessa audiência pública; pedimos que seja adiada para quinta-feira ou sexta-feira da mesma semana, com a presença da secretária Eleonora Fruet. Ela vai a Londrina discutir essa questão na cidade, o que acho oportuno, importante, e vai colocar lá a sua fala, que é exatamente a fala do governador Roberto Requião.

Em nenhum momento foi colocado o descaso ou má vontade com relação à criação, criação não, porque já existe; já foi criada por lei, mas a implementação e implantação da Região Metropolitana. Não é a falta de recursos no nosso orçamento que vai viabilizar os recursos que estão sendo enviados para Londrina, Jacarezinho, Ibiporã, afinal das cidades que fazem parte da Região Metropolitana. O que existia é que esse recurso de 194 milhões já era um convênio com o BNDS, 65% era recursos do banco e 35% recursos de contrapartida do governo do Estado. Exatamente por isso, está condicionado ao Orçamento.

Isto não quer dizer que esta deputada não esteja preocupada com a questão. Nós vamos estar, junto com os demais companheiros, trabalhando na direção de que seja implementada a Região Metropolitana em Londrina.

Essa é uma proposta nossa também, por isso faço aqui essa consideração, pois na minha cidade ouvi comentários de que esta deputada, mesmo sendo de Londrina, por ser da base de sustentação do Governo, não estava interessada em discutir a questão da Região Metropolitana. Isso é uma inverdade! Estamos preocupados, interessados, e vamos junto com os demais companheiros conversar com a secretária e buscamos alternativas para resolvermos esse problema. É fundamental que essa região se consolide, porque sabemos o que representa do ponto de vista de desenvolvimento, de ampliação de recursos e condições na melhoria da qualidade de vida e garantia da cidadania e direitos humanos da população.

É nesse sentido que fica consignada na Casa a minha responsabilidade como parlamentar de todo Paraná, mas especialmente por ser de Londrina, daquela região. Espero que com essa fala possamos inviabilizar a utilização indevida de estarmos aqui nos manifestando sistematicamente ao microfone, como descaso desta deputada, o que não corresponde a verdade.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (**Pela Ordem**)

Quero também me solidarizar aos deputados que me antecederam sobre o assunto, a deputada Elza, o deputado André Vargas, e dizer que nós, de Maringá, tanto a deputada Cida, como o deputado Luiz Nishimori,

como eu tenho já feito várias reuniões com lideranças políticas de Maringá, do Codem, com os prefeitos da região, da Musef, e tenho falado já por duas vezes com a secretária Eleonora Fruet sobre essa questão.

Quero dizer também que me pareceram bastante frutuosas todas as conversas que nós tivemos e esperamos que a Região Metropolitana de Maringá, bem como a de Londrina que já foi, inclusive, a lei aprovada, seja agora regulamentada, para que aquelas duas regiões, Maringá e Londrina, sejam beneficiadas, inclusive podendo se fazer um trabalho conjunto em Maringá e Londrina, por serem também próximas.

A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)

Eu também gostaria, como representante de Maringá e também da região, bem como nossos companheiros e companheiras que falaram anteriormente, deputada Elza, deputado André, deputado Barbosa Neto, deputado e líder do PT, Padre Paulo, e também nosso companheiro, deputado Luiz Nishimori, estaremos, com certeza, juntos nesta luta a favor da nossa região de Maringá, de Londrina, do Norte do Paraná, e Noroeste.

Vamos estar conversando inclusive com os membros da Comissão de Orçamento desta Casa, para que Maringá e Londrina saiam fortalecidos.

Era isto, senhor presidente, muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, eu também como representante de Londrina e Maringá, quero me manifestar neste momento, dizendo que vou apresentar uma emenda ao Orçamento para que o governo do Estado utilize a linha de trem que interliga Maringá com Londrina para o transporte de passageiros. Nós imaginamos que, usando esse trecho ferroviário para o transporte de passageiros, nós vamos facilitar a vida de muitos estudantes que estudam em Maringá ou de Maringá estudam em Londrina e mesmo a interligação que tem as duas cidades importantes, se usando as linhas de trem nós vamos facilitar a vida de muita gente e diminuir o trânsito na nossa malha rodoviária.

Era isso que eu queria levantar também, me somando com os demais colegas que representam Londrina e Maringá.

Eu também me insiro nesse contexto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Encerrado o horário das lideranças.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 50 senhores deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 119/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente,

sugerindo a criação de um de um ramal ferroviário, ligando a região Centro à região Sudoeste do Estado do Paraná. **À Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.**

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados. À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado À Diretoria Legislativa.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 123/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Marialva, imóvel de sua propriedade conforme específica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 123/2003

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar imóvel de sua propriedade, situado no município de Marialva, na Praça Francisco Silveira da Rocha, medindo 1.125,00m², com inscrição imobiliária nº 5.543, registrado no livro 3-H, do Registro de Imóveis da Comarca de Marialva.

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo anterior será, exclusivamente, utilizado para instalação da Biblioteca Pública do município de Marialva, não podendo ter destinação diversa sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando, ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 12.813, de 21 de dezembro de 1999.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.

(a) ADEMAR TRAIANO

Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 324/2003, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública à Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede e foro no município de Sarandi. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 324/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Sarandi e foro no município de Marialva.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.
(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 329/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que dispõe a interrupção do fornecimento de água e energia elétrica pelas concessionárias e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 329/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É vedado às empresas de natureza pública, privada ou mista, que prestam o serviço de fornecimento de água e energia elétrica à população, no Estado do Paraná, suspenderem ou interromperem o fornecimento em razão de inadimplência, a pequenos consumidores e aos que estão comprovadamente desempregados.

Parágrafo Único - Consideram-se pequenos consumidores:

I - de energia elétrica aqueles cujo consumo mensal médio, nos últimos 12 (doze) meses, tenha sido igual ou inferior a 110kWh (cento e dez quilowatts);

II - de água aqueles cujo consumo mensal médio, nos últimos 12 (doze) meses, tenha sido igual ou inferior a 12m³ (doze metros cúbicos)

Art. 2º- O benefício de que trata o *caput* deste artigo é destinado às famílias cuja renda mensal seja igual ou inferior a meio salário mínimo *per capita*.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei, considera-se família o núcleo de pessoas que vivem sob o mesmo teto.

Art. 4º - A proteção de que trata esta lei não se aplica àqueles cuja inadimplência ultrapassar 6 (seis) meses.

Parágrafo Único - Em caso de atraso de pagamento pelo tempo previsto no *caput* deste artigo, os débitos serão parcelados em até dez vezes.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.
(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 513/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que altera o artigo 1º da Lei nº 13.899 de 24 de novembro de 2002 (Utilidade Pública). **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 523/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública à AC - Associação Cantuzinho, com sede no distrito de Geremias Lunardelli, município de Nova Cantu e foro no município de Campina da Lagoa. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003, de 09/09/2003).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 532/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 029/2003, que cria, na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, os cargos de provimento em comissão, conforme especifica. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 532/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam criados, na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - Seju, os seguintes cargos de provimento em comissão:

07 (sete) cargos de diretor de Unidade Penal, símbolo DAS-5;

07 (sete) cargos de vice-diretor de Unidade Penal, símbolo 1-C;

01 (um) cargo de diretor de produção, símbolo 1-C;

05 (cinco) cargos de chefe de Segurança, símbolo 2-C.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.
(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 535/2003, de autoria do deputado Elza Correia, que altera a denominação da entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 13.719/2002, de Associação da Comunidade dos Sagrados Corações para Centro de Educação Infantil Boa Esperança. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 535/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 13.719, de 09 de julho de 2002, que declarou de Utilidade Pública a Associação da Comunidade dos Sagrados Corações, que passará a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Boa Esperança, com sede e foro no município de Londrina”.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 017/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados, mês de setembro de 2003, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. **Aprovado. (Publ. no DA nº 083/2003, de 15/10/2003 - 1ª Discussão).**

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - da Indicação nº 037/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que sugere a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas no Estado do Paraná. Em anexo Projeto de Lei nº 224/2003. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DA INDICAÇÃO Nº 037/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Exmo. Senhor Governador do Estado, Exmo. Senhor Secretário de Estado do Turismo:

O deputado Mauro Moraes dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - A regulamentação da Lei nº 13.568, de 22 de maio de 2002, que torna obrigatória a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas no Estado do Paraná.

II - O Poder Executivo, em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo, criaria convênio junto com os municípios turísticos para exibirem em suas salas de projeções de filmes - cinemas - em todo o Estado, material áudio-visual para ser inserido antes de cada uma das Sessões.

III - a prefeitura, através de seus órgãos, enviariam para a Secretaria de Estado do Turismo o material que julgar ser de boa qualidade para divulgação do turismo local.

IV - Poderiam as prefeituras locais firmar convênios com a iniciativa privada, desde que o material seja somente de cunho publicitário/turístico.

V - A duração de cada filme ilustrado não poderia ser inferior a 2 minutos nem superior a 5 minutos, podendo vários municípios agrupar o conteúdo a ser mostrado.

VI - As inserções do material apresentado percorreriam todos os cinemas do Estado do Paraná.

VII - O controle e fiscalização ficariam por conta da Secretaria de Estado do Turismo.

Sala das Comissões, em 20.10.2003.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 389/2003, de autoria do deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Goioxim, com sede no município de Goioxim e foro no município de Cantagalo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 512/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Centro Estadual de Educação Básica para jovens e adultos Professor Nyldes de Arruda - Ensino Fundamental, APM Professor Nyldes de Arruda, com sede e foro no município de Moreira Sales. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 531/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 028/2003, que cria cargos de Agente Penitenciário - ANAP, classe III, na parte permanente do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, a que se refere o anexo I da Lei nº 13.666, de 05 de julho de 2002. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 13

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 618/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira de Patologia, com sede e foro na cidade de São Paulo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 349/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores dos Conjuntos Caiuá e Ilhéus, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 375/2003, de autoria do deputado Waldir Leite, que cria a caderneta escolar no âmbito da rede pública estadual e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CCJ.

COMISSÃO DA CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 375/2003

Ficam suprimidos os artigos 2º e 8º, que dispõem que:

“Art. 2º - A Secretaria de Estado da Educação será responsável pela implantação e confecção da caderneta escolar.”

“Art. 8º - A caderneta escolar que se refere o *caput* do artigo 3º, terá a forma constante no anexo 01 (um) desta lei”, e conseqüentemente, renumeram-se os demais artigos em face desta supressão.

Sala das Sessões, em 22.09.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 404/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que estabelece prazo para a propositura de ação regressiva, pela Procuradoria Geral do Estado, contra o agente público que deu causa à condenação do Estado, segundo decisão judicial definitiva e irreformável e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - Aprovada.

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 496/2003, de autoria do deputado Jocelito Canto, que denomina Waldemar

Teodoro a Penitenciária Estadual de Ponta Grossa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Moreira Sales - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede e foro no município de Moreira Sales. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 520/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 521/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM Paulo Freire - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Luciane de Almeida Liberal - Ensino Fundamental, com sede no distrito de Paraná do Oeste, município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.**

Aprovada a emenda da CCJ, artigo por artigo.

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 599/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos dos Bairros Bom Sucesso, Boa Esperança, Caxias e Brasília, com sede no município de Floresta e foro no município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 608/2003, de autoria da deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Maringá de Taekwondo, com sede e foro no município de Maringá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 24

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 623/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Portadores de Doenças Especiais de Paranavaí, com sede e foro no município de Paranavaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Executivo a doar ao município de Porto Amazonas, imóvel situado naquele município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/2003, de 18/02/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 040/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 040/2003, de autoria do deputado Nelson Justus, tem por escopo autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Porto Amazonas, Estado do Paraná, imóvel situado neste município.

Neste contexto, deve ficar evidenciado que o imóvel em questão, que está discriminado no artigo 1º do referido projeto, será destinado à construção de uma instituição de ensino para o município, respeitando as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade no artigo 2º.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 05.08.2003.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 040/2003

P A R E C E R :

De autoria do deputado Nelson Justus, objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, para o município de Porto Amazonas.

Trata-se de fato, da devolução de um imóvel doado no ano de 1982, pelo município de Porto Amazonas à Fundação Caetano Munhoz da Rocha, conforme cópia da matrícula do imóvel em anexo à presente proposição e agora aquele necessita da retrocedência do imóvel, para, no local, construir uma escola!

Considerando-se a função desta Comissão a análise do mérito do projeto e não a sua legalidade, mormente quanto à sua iniciativa, que já foi apreciada e aprovada pela Comissão de Redação e Legislação, onde nos posicionamos pela necessidade da iniciativa obrigatoriamente ter de partir do Executivo, *a priori*, manifestamo-nos favoráveis à aprovação do mesmo, posto tratar de proposição com objetivos de integral interesse público, qual seja: destinar o mencionado imóvel para a construção de uma escola.

No entanto, submeto à apreciação dos demais pares desta Comissão a conveniência de diligenciar, através do encaminhamento de um expediente ao órgão detentor da propriedade e posse do mencionado imóvel, no caso a Fundação Caetano Munhoz da Rocha, hoje denominada Instituto de Saúde do Paraná, autarquia vinculada à Secretaria Estadual de Saúde, cujo titular, Dr. Claudio Murilo Xavier, acumula o cargo de diretor presidente daquela autarquia, bem como à Casa Civil do Governo do Estado, indagando sobre o interesse público do Executivo sobre o referido imóvel, posto que a eficácia da presente proposição, por mais justa que seja, depende da vontade da administração, uma vez que não vislumbramos a possibilidade deste legislativo em poder tornar prática uma alienação, onerosa ou não, de um imóvel, mesmo com a existência de uma lei estadual dispondo para tanto.

A precaução proposta não vincula naturalmente a decisão desta Comissão à opinião dos administradores públicos consultados, muito menos fere a autonomia deste legislativo, pois, se as razões apresentadas por aqueles não nos convencerem e assim entender esta comissão, é plenamente possível dar parecer favorável ao mérito do projeto de lei proposto.

Embora, mantenho minha opinião ser anacrônico este Legislativo autorizar o Executivo a fazer o que não quer, mas que só cabe a este operacionalizar, nem havendo sequer possibilidade, por exemplo, de os interessados recorrerem ao Judiciário para impor à Administração a doação de um imóvel que o legislativo já autorizou através de lei própria. De modo que entendo não caber a deputado propor lei neste sentido, mas sim, ser portador de pleito, através de proposição diversa que projeto de lei, para convencer o Executivo a doar imóvel específico, encaminhando mensagem autorizatória a este legislativo, o qual certamente jamais deixará de autorizar a proposta. Administrar os bens públicos, inclusive dar destino aos mesmos, é da competência do Executivo, da Administração, e no caso de alienação de imóveis, o ato depende de autorização legislativa, mas a iniciativa deve ser daquele.

Entretanto, como esta questão já foi vencida na Comissão de Constituição e Justiça, somos da opinião, para instruir melhor a nossa posição do mérito da questão, a qual, de antemão somos favoráveis, pedimos à Comissão a diligência solicitada a qual inclusive pode ser salutar no sentido de convencer o Executivo a tornar prático a proposição apresentada, sancionando eventual lei aprovada em Plenária desta Casa e efetivando a referida doação do imóvel, dando-lhe o destino que a comunidade, onde este se localiza, desejar.

Sala das Comissões, em 02.09.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Nelson Justus, autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, para o município de Porto Amazonas, quando encaminhado a esta Comissão de mérito, após já ter recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, foi solicitada a diligência no sentido de oficiar-se o Executivo, para este informar sobre os interesses deste sobre o dito imóvel.

Oficiado o secretário de Estado da Saúde na condição de chefe do Instituto de Saúde do Paraná, propriedade do mencionado imóvel, o mesmo respondeu pela conveniência da referida reversão do imóvel ao município de Porto Amazonas, tendo em vista a municipalização da atenção básica da saúde, propugnada pelo Sistema Único de Saúde.

Assim, somos de parecer favorável à iniciativa da presente proposição.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 26

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 304/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, que dispõe sobre a comunicação em braille dos números e avisos constante nos painéis de elevadores conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHC E AIC. Aprovado. (Publ. no DA. nº 039/2003, de 27.05.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 304/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 304/2003, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, tem por escopo dispor sobre a comunicação em braille dos números e avisos constantes nos painéis de elevadores conforme especifica.

Diante da situação ora gizada, devemos elucidar os elementos basilares deste PL, que o ampara, no intuito de

sua transformação em lei estadual. Sendo assim, tendo como norte a finalidade de proporcionar maior liberdade às pessoas portadoras de deficiência visual diminuindo suas limitações, age também abrandando o constrangimento daqueles que dele se beneficiarão. Neste contexto, cabe ressaltar que com este dispositivo legal, não ficariam os portadores de deficiências a mercê de outras pessoas para exercerem seu direito de liberdade.

Diante da situação ora gizada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria, fazendo fulgurar que se segue o procedimento apropriado para tal intento.

Vale articular que, não adentrando ao mérito do projeto de lei, nada observa este parlamentar que, neste instante, possa impedir a normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 19.08.2003

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA PROJETO DE LEI Nº 304/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 304/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, dispõe sobre comunicação em braille dos números e avisos constantes nos painéis de elevadores conforme especifica.

A matéria obteve parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio e da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul.

O projeto de lei determina que deverão ser grafados, também em braille os números e avisos constantes nos painéis dos elevadores das edificações públicas e privadas do Estado, de modo a permitir autonomia aos deficientes visuais na identificação e compreensão dos mesmos.

Trata-se de proposição destinada à inclusão social do portador de necessidade especial, tornando realidade disposições constitucionais destinadas a assegurar direitos aos cegos.

Sala das Comissões, em 27.10.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 304/2003

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 304/2003, de autoria do deputado Durval Amaral, visa dispor sobre a comunicação em braille dos números e avisos constantes nos painéis de elevadores.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, a se manifestar, e após ter recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, apresentamos parecer favorável com relação ao mérito.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.09.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente
CIDA BORGHETTI - Relatora

ITEM 27

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2003, de autoria do deputado Artagão de Mattos Leão Júnior, que dispõe sobre questões relacionadas com liberdade de crença religiosa, fixando obrigações alternativas e tratando da realização de concursos públicos seletivos, aplicação de provas e atribuição de frequência a alunos, no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2003, de 18.06.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 351/2003 e 476/2003

P A R E C E R :

Os Projetos de Lei nºs 351/2003 e 476/2003, de autoria dos senhores deputados Artagão Júnior e Rafael Greca, respectivamente, têm por desígnio dispor sobre realização de concursos públicos seletivos no Estado do Paraná e dar providências.

A justificativa que dá ensejo à conversão do projeto de lei ora sopesado em lei positivada tem o objetivo de impedir qualquer transtorno para aquele que venha a realizar concurso público, bem como trabalhos acadêmicos e similares, tendo em vista suas crenças religiosas.

Ademais, como bem clarifica na justificativa do Projeto de Lei nº 351/2003, “a lei não especifica um dia nem determinadas fórmulas, mas é estabelecida como garantia do direito inato à religiosidade, o qual não pode ser sacrificado para que o cidadão obtenha outros direitos.

Nesta esteira, não se deve olvidar que inúmeros cidadãos paranaenses são adeptos de determinadas crenças religiosas que professam como dia santificado o sétimo dia da semana, e a estes cidadão é relevante o acatamento do projeto de lei.

Porém devemos ressaltar que o artigo 3º do Projeto nº 351 pode encontrar óbices, visto que a matéria “descanso semanal remunerado”, já se encontra disposta na Consolidação das Leis do Trabalho, em seu artigo 67, e seguintes abaixo transcritos:

Art. 67 - Será assegurado a todo empregado um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Parágrafo Único - Nos serviços que exijam trabalho aos domingos, com exceção quanto aos elencos tea-

trais, será estabelecida escala de revezamento, mensalmente organizada e constando de quadro sujeito à fiscalização.

Art. 68 - O trabalho em domingo, seja total ou parcial, na forma do artigo 67, será sempre subordinado à permissão prévia da autoridade competente em matéria de trabalho.

Parágrafo Único - A permissão será concedida a título permanente nas atividades que, por sua natureza ou pela conveniência pública, devem ser exercidas aos domingos, cabendo ao Ministro do Trabalho expedir instruções em que sejam especificadas tais atividades. Nos demais casos, ela será dada sob forma transitória, com discriminação do período autorizado, o qual, de cada vez, não excederá de 60 (sessenta) dias.

Diante da situação ora ressaltada, este parlamentar manifesta-se de modo favorável, em vista da constitucionalidade e oportunidade da matéria. Porém, faz-se ressaltar que vota-se pela aprovação de um substitutivo geral na forma apresentada, para realizar a composição entre eles.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ AOS PROJETOS DE LEI Nº 351/2003 E 476/2003

Art. 1º - O processo seletivo de ingresso na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional, e ainda, as avaliações de desempenho funcional e outras similares, realizar-se-ão, preferencialmente, aos domingos, com respeito às crenças religiosas da pessoa.

Parágrafo Único - Aplica-se também o disposto neste artigo à realização de provas de acesso a cursos superiores, de ensino médio e fundamental, de instituição educacional públicas ou privadas.

Art. 2º - É assegurado ao aluno, por motivo de crença religiosa, requerer à instituição de ensino em que esteja regularmente matriculado, seja ela pública ou privada, e de qualquer nível, que lhe sejam aplicadas provas ou trabalhos acadêmicos em dias não coincidentes com o período de prática religiosa.

§ 1º - A instituição de ensino fixará data alternativa para realização da obrigação acadêmica, que deverá coincidir com o período ou turno em que o aluno estiver matriculado, contando com sua expressa, se em turno diferente daquele.

§ 2º - Para o gozo dos direitos dispostos neste artigo, o aluno impreterivelmente comprovará o ato da matrícula esta condição de crença religiosa, através de declaração da instituição religiosa a qual pertença.

§ 3º - O aluno, caso venha a se filiar a uma instituição religiosa no decorrer do ano letivo, gozará dos mesmos direitos, com a apresentação de declaração acima mencionada.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as publicações em contrário.

Sala das Sessões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 351/2003 e 476/2003

Relatório

O Projeto de Lei nº 351/2003, de autoria do deputado Artagão Leão Júnior, anexado ao Projeto 476/2003, de autoria do deputado Rafael Greca, dispõe sobre a realização de concursos públicos seletivos no Estado do Paraná e dá outras providências.

Fundamentação

Conforme justificativas já apresentadas, concordamos com a realização de processos seletivos de ingresso na Administração Pública Direta, Indireta ou Funcional, e ainda, as avaliações de desempenho funcional e outras similares aos domingos. Assegurando que, caso as datas coincidam com período de prática religiosa, o cidadão seguidor destas determinadas crenças terá data alternativa para realização da prova, incluindo neste segundo item os alunos de cursos superiores, de ensino médio e fundamental de instituições educacionais públicas ou privadas.

Conclusão

Como membros da Comissão de Direitos Humanos, somos integralmente favoráveis à aprovação do projeto, na forma do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça, desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

BARBOSA NETO - Relator

ITEM 28

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 453/2003, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica, para a Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. Aprovado. (Publ. no DA nº 062/2003, de 20.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 453/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do nobre deputado Antonio Anibelli tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar os imóveis que especifica, ao município de São Jorge do Ivaí.

Nos autos da proposição consta informação de que estão instalados nos imóveis referidos, e em pleno funcionamento, a Escola Municipal de São Jorge e o Banco Social daquela municipalidade.

Nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental inviabiliza a aprovação da proposição, manifestando esta Comissão parecer favorável à mesma.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI Nº 453/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Antonio Anibelli que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação dos imóveis que especifica, para Prefeitura Municipal de São Jorge do Ivaí.

A proposição já recebeu análise da douta Comissão de Constituição e Justiça, e da douta Diretoria Legislativa, por meio da sua Coordenadoria de Assessoramento Jurídico Legislativo, que apresentaram parecer favorável à mesma, a Comissão de Obras Públicas Transportes e Comunicações acompanha o pensamento dos legisladores sob o enfoque da sua constitucionalidade e legalidade, considerando que atualmente em um dos terrenos funciona uma Escola Municipal e em outro o Banco Social do município de São Jorge do Ivaí, que prestam atendimento à comunidade. O referido projeto de lei, trata de bem imóvel de propriedade do Estado, à entidade de direito Público, forma de alienação legal, amparada pelo artigo 10 da Constituição Estadual.

A Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, considera relevante o mérito da proposição.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 28.10.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

ITEM 29

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, que torna obrigatório o fornecimento de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos em estabelecimentos centrais de compras e Shopping Centers. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. Aprovado. (Publ. no DA nº 064/2003 de 26.08.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 487/2003

P A R E C E R :

O Relatório

O Projeto de Lei nº 487/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. deputado estadual Alexandre Curi, tem por escopo tornar obrigatório o fornecimento de cadeiras de

rodas para deficientes físicos e idosos em estabelecimentos centrais de compras e Shopping Centers.

Da Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestar-se, vemos que com relação aos aspectos constitucionais da pretensão do nobre deputado, mais especificamente no artigo 24 inciso XIV e artigo 23 inciso II da C.F. a saber:

QUANTO À COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR

“Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XIV - proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;”

“Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;”

Diante do conjunto de artigos constitucionais supra citados, resta-nos concluir pela constitucionalidade quanto à competência para legislar, podendo ser esta sem margem de dúvidas como dos Estados.

Percebe-se que a proposta encontra amparo na Constituição Estadual quanto à iniciativa do Legislativo em apresentá-lo, pois conforme depreende-se do artigo 66, não se encontra a pretensão ora apresentada incluída entre as hipóteses de iniciativa privativa, permitindo desta forma a apresentação pelo deputado.

Cabe ainda salientar que a iniciativa é nobre pois visa o fornecimento de cadeiras de rodas e como objetivo maior oferecer melhores condições aos portadores de deficiência física, possibilitando aos mesmos frequentar locais públicos com condições mais adequadas.

Da Conclusão

Diante do exposto, considerando que não se vislumbra nenhuma restrição legal no projeto de lei em estudo, esta Comissão apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 487/2003, estando apto a prosseguir.

Sala das Comissões, em 07.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 487/2003

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 487/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi, dispõe sobre a obrigatoriedade do fornecimento de cadeiras de rodas, gratuitamente, para deficientes físicos e idosos em estabelecimentos centrais de compras e shopping centers.

Trata-se de proposição que busca colocar à disposição de deficientes e idosos, equipamentos para facilitar a sua locomoção no interior de estabelecimentos comerciais de grande porte, proposição que pelo seu alcance social merece ser levado à discussão em plenário.

Diante do exposto, manifestamos parecer favorável ao projeto de lei em exame, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.10.2003.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 487/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 487/2003, de autoria do deputado estadual Alexandre Curi dispõe da obrigatoriedade do fornecimento de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos em estabelecimentos centrais de compras e shopping centers.

Fundamentação

Tal proposição demonstra respeito ao cidadão, seja ele idoso ou deficiente físico, que necessita das facilidades para a locomoção no interior dos estabelecimentos citados acima, fazendo-se o tal através do fornecimento de cadeiras de rodas.

Conclusão

Como membros da Comissão de Direitos Humanos, somos integralmente favoráveis à aprovação do projeto de lei já mencionado.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Moreira Sales, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 070/2003 de 09.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 524/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Moreira Sales, com sede no município de Moreira Sales e foro no município de Goioerê.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 31

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 534/2003, de autoria da deputada Elza Correia, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Água da Laranja Azeda, com sede e foro no município de Londrina. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 072/2003 de 15.09.2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 534/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria da deputada Elza Correia, declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais da Água da Laranja Azeda, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.10.200.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 32

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que dispõe sobre a reserva de vagas para afro-descendentes em concursos públicos para provimentos de cargos efetivos e dá outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. Aprovado. (Publ. no DA nº 072/2003, de 15/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 540/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Geraldo Cartário, dispõe sobre a reserva de vagas para afro-descendentes em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e dá outras providências.

Na forma do projeto, 10% das vagas abertas em concurso público serão reservados para aqueles que se declararem como afro-descendentes, de cor preta ou parda e raça de etnia negra.

O artigo 3º da Constituição Federal fixa os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

“Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (destaque nosso).

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 1º estabelece os objetivos do ente federado.

“Art. 1º - O Estado do Paraná, integrado de forma indissolúvel à República Federativa do Brasil, proclama e assegura o Estado democrático, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais, do trabalho e da livre iniciativa, o pluralismo político e tem por princípios e objetivos:

II - defesa dos direitos humanos;

III - a defesa, a igualdade e o conseqüente combate a qualquer forma de discriminação.”

Quanto à competência para legislar sobre a matéria, reportamo-nos ao artigo 23 da Constituição Federal.

“Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.”

O previsto no artigo 23 da Constituição Federal transpõem-se ao Estado no inciso X do artigo 12 da Constituição do Estado do Paraná.

“Art. 12 - É competência do Estado, em comum com a União e os municípios:

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.”

Conclui-se, portanto, que é competência do Estado legislar sobre a matéria e está dentro dos limites da competência da Assembléia Legislativa do Paraná.

A proposição em tela não fere o princípio constitucional da igualdade, pois tratar os desiguais com base no mencionado princípio, consiste em respeitar suas desigualdades, como condição para atingir a justiça social.

Foi nesse sentido que o Programa Nacional de Recursos Humanos, instituído pelo Decreto Federal nº 4229/2002, ressalta que os Estados e municípios devem adotar medidas compensatórias que visem a eliminação da discriminação racial e a promoção da igualdade de oportunidades aos afro-descendentes, de forma proporcional à sua representação no conjunto da sociedade brasileira.

A medida prevista no PNDH e transformada no presente projeto de lei constitui o que se passou a denominar discriminação afirmativa, para amparar aqueles que por sua condição social e racial ficam em condição desfavorável em relação aos demais.

A ação afirmativa volta-se à concretização do princípio constitucional da igualdade. Esta igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado, na forma dos já mencionados dispositivos constitucionais que explicitam os objetivos da República Federativa do Brasil e do Estado do Paraná.

A discriminação afirmativa é importante instrumento de resgate da dívida da sociedade brasileira para com aqueles que deram os primeiros passos no desenvolvimento da economia e do povo brasileiro e, que, em 13 de maio de 1888, foram abandonados à própria sorte, sem terra e sem emprego.

Passado mais de um século, continuam não tendo acesso ao trabalho, às universidades, não ocupando cargos nos tribunais, patentes militares, cargos políticos ou religiosos. Em síntese, formam um povo de discriminados.

Ao assegurar o prosseguimento do trâmite da proposição, a CCJ estará dando sua cota no resgate da cidadania de significativa parcela da sociedade brasileira.

O parecer é pela tramitação regimental da proposição, indo às demais comissões e a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 540/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 540/2003, de autoria do deputado estadual Geraldo Cartário dispõe sobre a reserva de vagas para afro-descendentes em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e dá outras providências.

Fundamentação

Conforme fundamentos já apresentados, o proposto visa promover a integração social dos setores desfavorecidos, reparando as injustiças históricas praticadas contra tais descendentes.

Conclusão

Como membros da Comissão de Direitos Humanos, somos integralmente favoráveis à aprovação do projeto de lei já mencionado.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
BARBOSA NETO - Relator

ITEM 33

1ª DISCUSSÃO - do projeto de Lei nº 556/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino Fundamental, com sede no distrito de Primavera, município de Juranda e foro no município de Ubatuba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 074/2003, de 22/09/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 556/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, em tela de autoria do deputado Nelson Tureck, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino Fundamental, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatuba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 556/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dona Leopoldina - Ensino Fundamental, com sede no município de Juranda e foro no município de Ubatuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 34

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 613/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que declara de Utilidade Pública a Associação Internacional Beneficente de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da Cultura e Medicina Tradicional Chinesa (Unichin), com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ no DA nº 081/2003, de 13/10/2003).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 613/2003

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela, de autoria do deputado Mauro Moraes, declara de Utilidade Pública a Associação Internacional Beneficente de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da Cultura e Medicina Tradicional Chinesa do Brasil, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 613/2003

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Internacional Beneficente de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento da Cultura e Medicina Tradicional Chinesa do Brasil, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.10.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 35

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 081/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que propõe a criação do Programa Primeiro Emprego - PPE, no Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CDHC. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 100/2003. (**Publ. no DA nº 005/2003, de 11/03/2003 - Projetos de Lei**).

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
INDICAÇÕES NºS 81, 82 E 83/2003

I - As Indicações nºs 81 (de autoria do deputado Ângelo Vanhoni) e 83/93 (de autoria do deputado Natálio Stica) têm por finalidade instituir o programa Primeiro Emprego - PPE, com o objetivo de promover a inserção de jovens com idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho, mediante repasse feito pelo Poder Executivo Estadual diretamente às empresas participantes do programa, com recursos provenientes do Tesouro do Estado e de outras fontes (convênios com a União, os municípios, e as entidades governamentais e não-governamentais, nacionais ou estrangeiras).

Já a Indicação nº 82/2003 propõe que as empresas públicas em que o Estado tenha participação, que contem com mais de quarenta funcionários, e as empresas prestadoras de serviços sejam obrigadas a destinar no mínimo 5% de suas vagas para contratação de empregados com mais de quarenta e cinco anos de idade.

As indicações acima referidas são provenientes de projetos de lei rejeitados pela Comissão de Constituição e Justiça, por se tratar de matérias cuja iniciativa no processo legislativo é privativa do governador do Estado.

II - Efetivamente, o propósito dos autores, que é o de promover a inserção do jovem e das pessoas com mais de 45 anos de idade no mercado de trabalho, é de extrema relevância.

Em face disso, o parecer desta Comissão é favorável ao encaminhamento das indicações em epígrafe, para que o Poder Executivo estude a possibilidade de implementar os programas ali explicitados.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

Em votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

A pauta hoje é bastante extensa, e aproveito para falar da Indicação nº 035 do deputado Ângelo Vanhoni e a 037, de minha autoria, ambas tratam da mesma matéria que inclusive colocada na ordem inversa, já que a minha era do Projeto de Lei nº 097 e a do deputado Ângelo Vanhoni, nº 100. A ordem dos fatores aqui não vai alterar o produto, já que o produto é o mesmo.

Infelizmente ficamos de novo nesta Casa, reféns da nossa Constituição do Estado. E o deputado Hermes Fonseca não tinha outra alternativa a não ser dizer que é inconstitucional porque a Constituição estadual está amarrando os trabalhos dos senhores deputados. Nós não podemos fazer um projeto de lei que vem garantir o primeiro emprego. Uma proposta que o Lula já está implementando em Brasília, que o governo já demonstrou interesse e nós apresentamos uma proposta e ela se tornou inconstitucional, tendo a comissão que encaminhar como indicação. Indicação o governador faz, se quiser, se tiver interesse, quando o papel dos deputados que é de analisar uma matéria, que é de cunho social, como a geração do primeiro emprego.

Uma matéria elaborada e estudada que vai ajudar a resolver o problema que aflige hoje os nossos jovens, porque quando vai buscar o primeiro emprego, qual é a resposta do empresariado? Eu não tiro a razão também. Tem experiência? Num momento que o desemprego é gritante no nosso País, e o Paraná não fica diferente, os currículos que nós, deputados recebemos, está aí para comprovar o que eu digo. Currículos belíssimos, buscando uma vaga a qualquer custo.

O primeiro emprego jamais terá uma condição de entrar no mercado de trabalho se não tiver um incentivo. E este incentivo, na verdade, é uma proposta que o Lula já está começando a tornar realidade no nosso País. E aqui, no Estado, resumidamente, seria a Secretaria de Ação Social e do Trabalho dispor de um salário a um salário-mínimo e meio, para que o empresário possa ter até vinte por cento dos seus quadros com o primeiro emprego.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Permite-me um aparte, deputado?

O SR. NATÁLIO STICA

V. Exa. assim como eu, apresentou também o mesmo projeto. Permitirei com prazer o aparte, deputado, mas espero que o governador Requião, com a sensibilidade que está demonstrando, acate as nossas indicações, já que como disse, somos, infelizmente, pela atual legislação estadual, impedidos de apresentar um projeto neste sentido. Quero ouvir pela ordem, o deputado Ratinho, e na sequência quero ouvir o deputado proponente, Ângelo Vanhoni.

O. SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Gostaria de falar ao nobre deputado que está usando a tribuna, deputado Natálio Stica, que no encaminhamento não se pode dar aparte, mas como é um projeto de companheiros do mesmo partido, praticamente do mesmo teor com poucas alterações, nós vamos deixar esse debate, porque nós, dos outros partidos, vamos ter conhecimento maior do projeto de V. Exa. e do deputado Ângelo Vanhoni, que realmente é necessário para esse Estado.

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço a sua sensibilidade, não só política, mas humana, deputado Hermas Brandão.

O Sr. Ratinho Júnior

Agradeço o aparte, agradeço também ao presidente pela sensibilidade.

Sei o que o senhor está passando porque também briguei muito. Aliás, a maioria dos deputados brigaram muito, inclusive no nosso projeto de segurança, que estava com o mesmo problema com o negócio de não é constitucional, é inconstitucional.

Fico pensando que a nossa função não é ser juristas. A Assembléia Legislativa nada mais é que a caixa de ressonância da vontade do povo. Se as pessoas querem segurança, nós temos que fazer projeto de segurança. Se as pessoas querem emprego, nós temos que fazer projetos para gerar emprego. Se as pessoas querem saúde, nós temos que fazer projetos para melhorar a saúde.

Vejo que o deputado vem brigando há tempo para aprovar esse Projeto do Primeiro Emprego, para passar na Assembléia Legislativa. Mas, vejo que a CCJ, não por má vontade, mas por algum motivo ideológico ou uma maneira de administrar, não vem ajudando este Plenário; vem atrapalhando o trabalho da maioria dos deputados que querem fazer alguma coisa e atrapalhando ainda mais o nosso Plenário.

Já falei no semestre passado sobre esse negócio, sobre o projeto indicativo, que nada mais é que uma sugestão para o governador; não tem nem importância de passar no Plenário. Isso está no nosso Regimento Interno.

Nós aprovamos o requerimento no semestre passado, com a assinatura de oito líderes de partidos, que o projeto autorizatório continuasse tramitando normal-

mente na CCJ. Eu não vi isso acontecer, os projetos autorizatórios continuaram sendo barrados.

Tem que se tomar uma providência urgente. O presidente da CCJ tem que nos ouvir, tem que ter a humildade de acatar as nossas sugestões, porque senão nós vamos acabar dessa maneira, toda vez que o deputado sobe à tribuna. Eu já subi à tribuna, já via os deputados Luiz Carlos Martins e Natálio Stica subirem e pedirem para que a CCJ dê mais prioridades ao projeto de lei e não fique mais com essa história, apenas de projeto de indicação.

Já falei e repito, a Assembléia Legislativa nada mais é que a caixa de ressonância da vontade do povo. Então, nós temos que fazer aquilo que as pessoas querem.

O SR. NATÁLIO STICA

Concedo ao aparte do deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Natálio Stica, V. Exa. sabe o problema do desemprego na sociedade brasileira, hoje. Sabe o problema da violência e da falsa perspectiva de sentido da vida e que a maioria da juventude acaba se submetendo pela falta de perspectiva de trabalho.

As grandes metrópoles acabam se constituindo em uma desilusão do ponto de vista daquilo que as metrópoles deveriam trazer, que é a perspectiva de desenvolvimento para a vida pessoal de cada um de nós. Os jovens sentem muito isso.

Na periferia, sobretudo os jovens de baixa renda, a falta de perspectiva de emprego e de renda se acentuam, para desestruturar ainda mais a família brasileira.

Um dia desses peguei um táxi para ir ao centro da cidade e o motorista me reconheceu e disse: deputado Vanhoni, posso lhe fazer um pedido?

Eu disse: Pode.

O taxista falou: - A minha filha tem 17 anos (ou 16 anos). Ela está fazendo um estágio na Junta Comercial e venceu o estágio dela. Gostaria que o senhor, se possível, arranjasse um novo estágio. Não precisa ser remunerado, está terminando o 2º grau e ela precisa estar tendo alguma ocupação, porque eu quero que, além de ela aprender uma profissão, de ela se qualificar, que ela não fique em casa, porque eu moro lá na periferia, no Novo Mundo, no Capão Raso e eu sei o que é uma filha de 17 anos (ou 16 anos), fora de casa no período da tarde. Eu sei o que pode trazer de malefício em função de como que andam as perspectivas da nossa juventude.

Então o projeto que V. Exa. também assina, que também é uma preocupação minha, porque tenho um projeto parecido com o seu, é que o governo do Estado, através de um fundo, de uma reserva, do próprio dinheiro do governo do Estado, destine um percentual às empresas que contratarem jovens de 16 a 24 anos. Essas empresas, em primeiro lugar, terão que estar com a sua situação com o Fisco regularizada. Em segundo lugar, os jovens devem ser, prioritariamente, das famílias de baixa renda

da sociedade paranaense. Em terceiro lugar o Estado pode, através de cadastro que já é objeto do Sine e das agências de trabalhos, sobretudo da Secretaria de Ação Social e da Secretaria do Trabalho, onde cuidamos daqueles que são drogados, que têm problemas com alcoolismo, daqueles que tiveram algum problema de delinquência, e daqueles que estão a procura de trabalho, o Estado tem aí a possibilidade de fazer um grande trabalho social. Inserir os jovens no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, fazer o trabalho de recuperação da nossa juventude, sobretudo essa, que mais precisa do trabalho da assistência social.

V. Exa. está de parabéns. Esperamos que o governador Roberto Requião tenha sensibilidade. Tenho impressão que esse projeto consta em seu programa de governo. Podemos, no ano que vem, contar com uma política, combinando o Estado do Paraná com aquilo que o Governo Federal venha a fazer no Brasil inteiro, porque o projeto do “Primeiro Emprego” para a juventude, deverá ser anunciado pelo governo Lula, agora nos próximos dias para todo o Brasil, envolvendo uma política de incentivo para as empresas contratarem jovens nessa faixa etária.

O Paraná, se fizer um programa, pode se adequar. Seria importante que os municípios fizessem. Que tivéssemos uma rede de solidariedade, sobretudo, na juventude de 16 a 24 anos, para que, num prazo curto, criemos no nosso País uma nova cultura, a cultura da esperança, da construção de uma nova sociedade.

Muito obrigado!

O SR. NATÁLIO STICA

Agradeço o aparte, deputado Ângelo Vanhoni.

Tenho certeza que o governador Roberto Requião, que já tem uma experiência em geração de emprego, com o seu projeto que faz a redução da carga tributária aos comerciantes da nossa cidade, e já está comprovado, a geração de empregos, já é uma realidade.

Espero que V. Exa. marque uma reunião, para que possamos sanar algumas dúvidas que possam surgir na Secretaria do Trabalho.

Agradeço o senhor presidente Hermas Brandão, pela sua generosidade em abrir o debate desta matéria, pela sua importância.

Peço a aprovação das Indicações 35 e 37, ambas de autoria do deputado Ângelo Vanhoni e minha, para que possamos, a partir das indicações, convencer o governador Roberto Requião que saia urgente com o projeto, gerando emprego para a juventude. Porque o Primeiro Emprego, de fato, é a primeira porta que se abre e a mais difícil para quem está começando no mercado de trabalho.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Discussão Única da Indicação nº 081/2003. **Aprovado.**

ITEM 36

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 082/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes, que propõe a criação do Programa Primeiro Emprego - PPE, no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CDHC. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 255/2003. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 031/2003, de 12.05.2003 - Projetos de Lei).

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA INDICAÇÕES NºS 81, 82 E 83/2003

As Indicações nºs 81 (de autoria do deputado Ângelo Vanhoni) e 83/2003 (de autoria do deputado Natálio Stica) têm por finalidade instituir o Programa Primeiro Emprego - PPE, com o objetivo de promover a inserção de jovens com idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho mediante repasse feito pelo Poder Executivo Estadual diretamente às empresas participantes do programa, com recursos provenientes do Tesouro do Estado e de outras fontes (convênios com a União, os Municípios e as entidades governamentais e não-governamentais, nacionais ou estrangeiras).

Já a Indicação nº 82/2003 propõe que as empresas públicas em que o Estado tenha participação, que contem com mais de quarenta funcionários, e as empresas prestadoras de serviços, sejam obrigadas a destinar no mínimo 5% de suas vagas para contratação de empregados com mais de quarenta e cinco anos de idade.

As Indicações acima referidas são provenientes de projetos de lei rejeitados pela Comissão de Constituição e Justiça, por se tratar de matérias cuja iniciativa no processo legislativo é privativa do governador do Estado.

Efetivamente, o propósito dos autores, que é o de promover a inserção do jovem e das pessoas com mais de 45 anos de idade no mercado de trabalho, é de extrema relevância.

Em face disso, o parecer desta Comissão é favorável ao encaminhamento das indicações em epígrafe, para que o Poder Executivo estude a possibilidade de implementar os programas ali explicitados.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI NºS 100, 255 e 267/2003

P A R E C E R :

Os Projetos de Leis nºs 097 e 100/2003, de autoria dos deputados Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, instituem o Programa Primeiro Emprego - PPE, no Estado do Paraná e dão outras providências.

Já o projeto de lei do deputado Mauro Moraes, dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de no mínimo 5% (cinco por cento) de empregados com mais de 45

(quarenta e cinco) anos de idade, pelas empresas públicas com mais de 40 (quarenta) funcionários e na contratação de serviços para fornecimento de mão-de-obra.

Quando ao Projeto de Lei nº 267/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, visa instituir o Programa Emprego a Vida Toda, para estimular o emprego de jovens sem experiência profissional e de pessoas com mais de 40 anos de idade.

Todos os projetos de lei acima transcritos visam, respeitadas as suas peculiaridades, promover a inserção de cidadãos no mercado de trabalho estimulando ainda, o desenvolvimento das Cooperativas, empresas e propriedades rurais.

Os Projetos de Lei nºs 255 e 267/2003, ferem o inciso IV, do artigo 66 da Constituição Estadual, que diz:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Em que pese a alta relevância dos projetos de leis, ferem eles o contido no artigo 133, parágrafo 1º, da Constituição Estadual que diz:

Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - plano plurianual;

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações de governo.”

Assim, diante do óbice apontado, o projeto de lei apresenta-se ilegal e inconstitucional, sendo nosso parecer contrário, e como forma de preservar os nobres objetivos dos deputados autores, toma a iniciativa esta relatoria de apresentar as indicações em anexo, que serão encaminhados ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião e da Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, se aprovado for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 37

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 083/2003, de autoria do deputado Natálio Stica, que propõe a criação do Programa Primeiro Emprego - PPE, no Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CDHC. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 097/2003. **Aprovado. (Publ. no DA nº 005/2003, de 11.03.2003 - Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA INDICAÇÕES NºS 81, 82 E 83/2003

As Indicações nºs 81 (de autoria do deputado Ângelo Vanhoni) e 83/2003 (de autoria do deputado

Natálio Stica) têm por finalidade instituir o Programa Primeiro Emprego - PPE, com o objetivo de promover a inserção de jovens com idade entre 14 e 24 anos no mercado de trabalho mediante repasse feito pelo Poder Executivo Estadual diretamente às empresas participantes do programa, com recursos provenientes do Tesouro do Estado e de outras fontes (convênios com a União, os Municípios e as entidades governamentais e não-governamentais, nacionais ou estrangeiras).

Já a Indicação nº 82/2003 propõe que as empresas públicas em que o Estado tenha participação, que contêm com mais de quarenta funcionários, e as empresas prestadoras de serviços, sejam obrigadas a destinar no mínimo 5% de suas vagas para contratação de empregados com mais de quarenta e cinco anos de idade.

As Indicações acima referidas são provenientes de projetos de lei rejeitados pela Comissão de Constituição e Justiça, por se tratar de matérias cuja iniciativa no processo legislativo é privativa do governador do Estado.

Efetivamente, o propósito dos autores, que é o de promover a inserção do jovem e das pessoas com mais de 45 anos de idade no mercado de trabalho, é de extrema relevância.

Em face disso, o parecer desta Comissão é favorável ao encaminhamento das indicações em epígrafe, para que Poder Executivo estude a possibilidade de implementar os programas ali explicitados.

Sala das Comissões, em 29.10.2003.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETOS DE LEI NºS 097, 100, 255 E 267/2003

P A R E C E R :

Os Projetos de Leis nºs 097 e 100/2003, de autoria dos deputados Natálio Stica, Ângelo Vanhoni, instituem o Programa Primeiro Emprego - PPE, no Estado do Paraná e dão outras providências.

Já o projeto de lei do deputado Mauro Moraes, dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de no mínimo 5% (cinco por cento) de empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade, pelas empresas públicas com mais de 40 (quarenta) funcionários e na contratação de serviços para fornecimento de mão-de-obra.

Quando ao Projeto de Lei nº 267/2003, de autoria do deputado Reni Pereira, visa instituir o Programa Emprego a Vida Toda, para estimular o emprego de jovens sem experiência profissional e de pessoas com mais de 40 anos de idade.

Todos os projetos de lei acima transcritos visam, respeitadas as suas peculiaridades, promover a inserção de cidadãos no mercado de trabalho estimulando ainda, o desenvolvimento das Cooperativas, empresas e propriedades rurais.

Os Projetos de Lei nºs 255 e 267/2003, ferem o inciso IV, do artigo 66 da Constituição Estadual, que diz:

“Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Em que pese a alta relevância dos projetos de leis, ferem eles o contido no artigo 133, parágrafo 1º, da Constituição Estadual que diz:

Art. 133 - Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - plano plurianual;

§ 1º - A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá de forma regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações de governo.”

Assim, diante do óbice apontado, o projeto de lei apresenta-se ilegal e inconstitucional, sendo nosso parecer contrário, e como forma de preservar os nobres objetivos dos deputados autores, toma a iniciativa esta relatoria de apresentar as indicações em anexo, que serão encaminhadas ao Exmo. Sr. governador Roberto Requião e à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, se aprovado for pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 38

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 105/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto, que reivindica para a Prefeitura de Londrina a utilização de terreno para a construção de uma capela mortuária no Parque Ouro Branco. PARECER FAVORÁVEL DA COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/2003, de 13/10/2003).**

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES INDICAÇÃO Nº 105/2003

P A R E C E R :

Desde que não ocorra prejuízo ao esculpido na Lei Orgânica do Município e legislação correlata e, s.m.j. dos demais pares, somos favoráveis à indicação do nobre deputado Barbosa Neto, mui digno representante da região do Norte paranaense.

Ressalta-se que não é demais e nem difícil beneficiar à população, para que tenham condições dignas de despedirem-se dos seus entes queridos, ainda mais quando trata-se de uma antiga reivindicação da estimada comunidade londrinense.

Sala das Comissões, em 21.10.2003.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente

RAFAEL GRECA - Relator

O SR. NEIVO BERARDIN (Pela Ordem)

Senhor presidente, peço a palavra, pela ordem, para fazer o comunicado aos membros da CPI do Banes-

tado de que amanhã, às 10h00, teremos mais uma Sessão pública.

Tendo em vista que acabei na hora de encerrar a Sessão, hoje, esquecendo de convocar nova Sessão para amanhã, o faço neste momento e agradeço a benevolência de V. Exa. em permitir que faça esse comunicado aos deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado o pedido de V. Exa., deputado Neivo Beraldin.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2490 e 2514, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2491, de autoria do deputado Ratinho Júnior, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2492, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2493 a 2495, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2497 a 2515, de autoria do deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2498 a 2504, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimentos nºs 2505 a 2506, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2507, de autoria do deputado Neivo Beraldin, com apoio dos deputados Waldir Leite, Ailton Araújo, Luciana Rafagnin, Delegado Braddock e Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovados. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2510, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2511, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2516, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento nº 2482, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente de Sessão anterior. Rejeitado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhor deputado Durval Amaral.

Vamos encaminhar contrário à aprovação desse seu pedido de uma Comissão Especial, mesmo porque o

Governo do Estado do Paraná, nessa polêmica a respeito da soja, não terá como fazer nenhuma apreensão, nenhuma atitude, seja em relação à legislação federal, seja em relação à legislação do Estado, sem que sejam notificados os autores, isto é, de qualquer ato infracional. O Governo do Estado vai obedecer a legislação estadual e a federal.

O porto de Paranaguá não, transportando soja, seja em relação à soja do Paraguai ou à soja do Mato Grosso, será noticiado publicamente.

Entendo sua preocupação em relação ao que o Estado pode perder do ponto de vista de divisas, mas temos uma legislação. O governo não está incidindo em nenhum crime, e não está transgredindo a legislação nem federal, nem estadual.

Então, entendo que seriam informações adicionais com que o governo, mesmo cumprindo a lei, poderia trazer algum malefício. Essa legislação pode trazer algum malefício, mas veja que o Poder Executivo é prisioneiro de uma legislação, tanto federal quanto estadual.

A minha sugestão a V. Exa. é de que faça esse pedido de encaminhamento das suas questões à Comissão de Agricultura. A Assembléia Legislativa vai receber, assim como toda a sociedade, no momento em que um caminhão for apreendido com soja transgênica, a notícia será veiculada para todo o Estado do Paraná e para o Brasil inteiro; não há porque o Governo do Estado omitir qualquer informação.

Em relação à soja identificada no silo do porto de Paranaguá, agora, recentemente, e que é um silo que o governo paraguaio mantém convênio com o Brasil, aqui no porto de Paranaguá, esta soja, só foi possível a identificação, porque a legislação anterior não está vigente. O Paraguai fez um convênio e terceirizou a administração desse silo para uma empresa brasileira e ao ter feito essa terceirização, a legislação brasileira permitiu que o Governo do Estado fizesse a fiscalização naquele silo para identificar se a soja era transgênica ou não.

Ora, está identificado: setenta por cento da soja presente nesse silo é soja transgênica.

O que o governo do Estado vai fazer?

Entrou em entendimento com as autoridades paraguaias; entrou em entendimento com o Itamarati; já noticiou-se, já foi lavrado um ato e o governo do Paraguai vai exportar essa soja. Vai dar prosseguimento na exportação. Por quê?

Porque você retirar a soja desse silo e recambiá-la para carretas e depois mandá-la de volta, além de trazer um prejuízo, administrativamente é algo que não se recomenda.

Então, está combinado, já está acertado com o Governo do Paraguai, a soja nova que vier terá que obedecer a legislação do Estado do Paraná, do governo e do Governo Federal. O governo paraguaio já foi notificado a esse respeito pelo Itamarati. Não há problemas nesse sentido.

Em relação à soja do nosso Estado, V. Exa. já sabe qual é o procedimento que vai ocorrer; quero dizer, então, que a Assembléia Legislativa, se V. Exa. fizer um requerimento de igual teor à Comissão de Agricultura, todas as notificações a respeito de apreensão de soja transgênica serão notificadas à Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa. O governo não tem porque esconder. Mesmo porque, o governo não está cometendo um crime; está obedecendo à lei. Se não fizer a fiscalização, estará cometendo um crime, seja crime em relação à medida provisória, seja em relação à legislação estadual.

Entendo a sua preocupação, a do deputado Plauto, do deputado Elio Lino Rusch e de outros deputados que se manifestaram contra a legislação da soja transgênica.

V. Exas, assim como eu, teremos que nos curvar à legislação.

Por isso, encaminho à bancada que dá apoio ao governo do Estado, que infelizmente não aprova a sua Comissão Parlamentar Especial, porque não há motivos para que esta Comissão seja instaurada. O governo não está incidindo em nenhum arripio à legislação; pelo contrário. As informações que o senhor quer poderão vir tranquilamente a esta Casa com um pedido de informação normal, que o Governo do Estado terá imenso prazer em satisfazer todas as suas perguntas.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados.

Agradeço os esclarecimentos prestados pelo nobre líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni. Quero crer que a propositura de uma Comissão Especial de Investigação, pelo simples fato de propor, já traz alguns resultados para a sociedade paranaense. Até porque, não gostaríamos e não desejamos, em hipótese alguma, que esta seja uma comissão dos deputados da Oposição. Tanto é verdade, que na nossa proposição estamos delegando ao presidente da Assembléia Legislativa, para que indique três membros, três deputados, de uma maneira suprapartidária para que componha efetivamente essa comissão.

Além do que, essa comissão deve ser ampliada com representantes da: Federação da Agricultura do Estado do Paraná; Ocepar - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná; FIEP - Federação da Indústria do Paraná, para que todos nós possamos acompanhar todos esses desdobramentos. Aliás, essa ida do superintendente do porto de Paranaguá, Eduardo Requião, até Assunção e outras autoridades mais do governo do Estado, sem dúvida alguma já trouxe um esclarecimento para essas autoridades constituídas do Estado do Paraná, de que, quando se tratar das relações internacionais envolvendo países, você tem um Itamarati envolvido, você tem a diplomacia envolvida e acredito que agiram neste momento com bom-senso, ao liberar essa soja do Paranaguai, depositada em Paranaguá.

Agora, veja só, senhor presidente, as consequências lesivas ao Estado do Paraná, que nós verificávamos já na semana próxima passada: a soja escoada, deputado Vanhoni, pelo porto de Paranaguá estava fora da cotação da Bolsa de Chicago. Veja a gravidade dessa situação! Isso quer dizer que o comércio futuro de soja exportada pelo porto de Paranaguá e comercializada na Bolsa de Chicago, muito provavelmente ao perdurar a suspensão, nós não teríamos ou não teremos - quero que fique registrado nos anais desta Casa - a possibilidade de exportar soja pelo porto de Paranaguá, porque essa soja não foi comercializada na Bolsa de Chicago, pelo menos grande parte de um grande volume dessa soja não poderia ser exportada.

Então, de repente, uma postura talvez até guinada de boa intenção do Governo do Estado, quando tentou inovar na questão dos transgênicos, poderá ou poderia - espero que poderia - vir a trazer um prejuízo incomensurável para a economia do Estado do Paraná. Imaginemos todos nós em abril, à época da safra, e a nossa produção do Paraná ou os contratos de exportação pelo porto de Paranaguá não puderem se realizar, porque elas não foram realizadas, não foram efetivamente vendidas na Bolsa de Chicago. Imaginemos o prejuízo que seria para o nosso Estado, para os nossos produtores rurais, o prejuízo que seria, e estou colocando no passado, porque quero crer que o Governo não cometerá tamanha irresponsabilidade, pelas palavras do nosso competente e sério líder do Governo, o deputado Ângelo Vanhoni, que o governo já começa a rever a sua própria posição, como ele coloca aqui com esses esclarecimentos.

Então, é extremamente grave e nós não queremos, em hipótese alguma, um caráter partidário nessa Comissão. Claro que somos minoria, estamos resignados a uma minoria na Assembleia Legislativa, mas aqui, deputado Leite, a nossa preocupação, nós não podemos parar Paranaguá, não podemos parar o mais importante porto do Brasil na exportação de grãos. Todos os nossos produtores e as nossas cooperativas e até o deputado José Maria estava junto comigo lá na quinta e na sexta-feira na homenagem aos 40 anos da Corol, e todos os nossos cooperados, os presidentes de Cooperativas estão extremamente preocupados com essa postura até a secretária do Governo do Estado do Paraná.

Então, nós estamos fazendo esse alerta. Claro, não vamos conseguir êxito nesta nossa posição, mas vamos deixar registrado. E tenho certeza, senhor presidente, que se esse prejuízo continuar acumulando-se a todos nós, produtores, aos agricultores, às cooperativas, ao porto de Paranaguá, dentro de muito pouco tempo nós voltaremos à carga, propondo novamente essa Comissão Especial.

E enfato, não é uma Comissão Especial dos deputados da Oposição, mas é a Comissão Especial composta por deputados da Assembleia Legislativa, pela Ocepar, pela Federação da Agricultura do Estado

do Paraná e, efetivamente, pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná, para que prevaleça o bom-senso para que o nosso Estado não venha ser ainda mais prejudicado, como tem sido ao longo desses últimos meses, não só na sua imagem nacional, mas internacional.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Na condição de presidente da Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa, quero convocar os senhores membros da Comissão para, logo após o término desta Sessão, para que tenhamos uma reunião para discutirmos o assunto dentro da Comissão de Fiscalização da Assembleia Legislativa, o que é pertinente ao fato discutido no momento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Fica registrado o convite de V. Exa.

Está em votação o requerimento.

Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Será procedida a verificação de votação.

Os deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Quatro deputados aprovam o requerimento.

Os deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Está **rejeitado** o requerimento.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 375, 511, 516, 520 e 521/2003, e do Projeto de Lei Complementar nº 404/2003.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 040, 304, 351, 453, 487, 524, 534, 540, 556 e 613/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 234, 279, 285, 394, 409, 443, 566, 582, 598 e 633/2003; e do Projeto de Lei Complementar nº 609/2003.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 117/2003.

Levanta-se a Sessão.

Ata de CPI:

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
BANESTADO
ATA DA 40ª REUNIÃO**

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Plenarinho), sob a presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná- Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados membros: Delegado Bradock, Ailton Araújo, Ademir Bier, Francisco Bühner. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, submetendo à aprovação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir a Comissão passou a ouvir o depoimento do representante do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Edgar Antonio Chiurato Guimarães e do Exmo. Sr. secretário de Estado da Administração e da Previdência, Reinold Stephanes. As indagações dos senhores deputados membros e as respostas dos depoentes, constam das notas taquigráficas que passam a fazer parte desta Ata. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, demais deputados membros e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERALDIN - Presidente
Alan Marcos Andrade- Secretário

Atas de Comissões:

**COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 31ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Ademar Luiz Traiano. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia. O senhor presidente evocou e relatou o Projeto de Lei nº 017/2003, e a Indicação nº 037/2003, e a senhora deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos seguintes Projetos de Lei nºs 523/2003 e 535/2003 que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMAR LUIZ TRAIANO - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
15ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
28ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Elton Carlos Welter, Pastor Edson Praczyk, Tadeu Veneri, Antonio Anibelli, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Nelson Tureck, Marcos Isfer, Nelson Justus, Neivo Beraldin, Delegado Bradock e Ailton Araújo. Havendo número legal, o presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pelo deputado Delegado Bradock - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 233/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 239/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 384/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 400/2003, de autoria do deputado Barbosa Neto. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 409/2003, de autoria do deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira, na forma da Emenda anexa - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 425/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. O deputado Marcos Isfer, relator, acata voto em separado contrário do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 457/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes denominado Terceira Juventude. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 493/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 494/2003, de autoria do deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 514/2003, de autoria do deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer, na forma da emenda anexa - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 529/2003 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 533/2003, de autoria do deputado Luiz Nishimori. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 539/2003 de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 553/2003, de autoria do deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do deputado José Maria - APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 575/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer. APROVADO; 16) Projeto de Lei nº

11/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano, lido pelo deputado Chico Noroeste - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 243/2003 de autoria do deputado Padre Paulo Campos e Projeto de Lei nº 330/2003 de autoria do deputado Mauro Moraes, ambos anexos. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock, na forma da Emenda Substitutiva anexa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 252/2003 de autoria do deputado Doutor Luciano - estabelece normas e critérios para clínicas, consultórios e estabelecimentos de estética que utilizam recursos de eletrotermofototerapia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 498/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. O presidente coloca em votação a sugestão do deputado José Maria Ferreira pela retirada de pauta da matéria. APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 542/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer CONTRÁRIO do deputado José Maria Ferreira. APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 544/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock. APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 545/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock. APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 566/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano, lido pelo deputado Chico Noroeste. APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 597/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer. APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 619/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do deputado Doutor Luciano, lido pelo deputado Chico Noroeste. APROVADO; 26) Proposição Veto nº 039/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do deputado Marcos Isfer. APROVADO; 27) Proposição Veto nº 040/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do deputado Marcos Isfer. APROVADO; 28) Proposição Veto nº 041/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento a Plenário, do deputado Marcos Isfer. APROVADO; 29) Projeto de Lei nº 531/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer do deputado Antonio Anibelli, CONTRÁRIO à emenda de Plenário - APROVADO; 30) Projeto de Lei nº 086/2003, de autoria do deputado Doutor Luciano. Parecer CONTRÁRIO do deputado Delegado Bradock. APROVADO; 31) Projeto de Lei nº 561/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Delegado Bradock. APROVADO; 32) Projeto de Lei nº 605/2003, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus, lido pelo deputado Neivo Beraldin. APROVADO; 33)

Projeto de Lei nº 609/2003, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do deputado Durval Amaral. APROVADO; 34) Projeto de Lei nº 610/2003, de autoria do deputado Hermes Fonseca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus, lido pelo deputado Neivo Beraldin. APROVADO; 35) Projeto de Lei nº 614/2003, de autoria do deputado Mauro Moraes. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca. APROVADO; 36) Projeto de Lei nº 621/2003, de autoria do deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nelson Justus, lido pelo deputado Neivo Beraldin. APROVADO; 37) Proposição Veto nº 042/2003, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhado a Plenário, do deputado Antonio Anibelli. APROVADO; 38) Projeto de Lei nº 064/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 39) Projeto de Lei nº 205/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 40) Projeto de Lei nº 234/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 41) Projeto de Lei nº 279/2003, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa. APROVADO; 42) Projeto de Lei nº 285/2003, de autoria do deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 43) Projeto de Lei nº 394/2003, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 44) Projeto de Lei nº 438/2003, de autoria do deputado Rafael Greca. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 45) Projeto de Lei nº 443/2003, de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 46) Projeto de Lei nº 479/2003, de autoria do deputado Artagão Júnior. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 47) Projeto de Lei nº 552/2003, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 48) Projeto de Lei nº 598/2003, de autoria do deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 49) Projeto de Lei nº 607/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO; 50) Projeto de Lei nº 633/2003, de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo presidente, pelos presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

Ana Lúcia Andretta - Secretária